



FUNDAMENTOS ÉTICOS DO TRABALHISMO CRISTÃO

MOVIMENTO
CRISTÃOS TRABALHISTAS





Direção Nacional do PDT

BIÊNIO 2019-2021

PRESIDENTE

Carlos Roberto Lupi

VICE-PRESIDENTE

André Peixoto Figueiredo Lima

VICE-PRESIDENTE

Ciro Ferreira Gomes

VICE-PRESIDENTE

Miguelina Paiva Vecchio

SECRETÁRIO-GERAL

Manoel Dias

SECRETÁRIO ADJUNTO

André Menegotto

TESOUREIRO

Marcelo de Oliveira Panella

CONSULTORA JURÍDICA

Mara de Fátima Hofans

SECRETÁRIA DE

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Juliana Brizola

SEC. ADJUNTO DE

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Márcio Ferreira Bins Ely

VOGAL

Sirley Soares Soalheiro

VOGAL

Marli Rosa de Mendonça

LÍDER NO SENADO FEDERAL

Weverton Rocha Marques de Sousa

LÍDER NA CÂMARA FEDERAL

Wolney Queiroz

VICE-PRESIDENTE

REGIONAL SUDESTE

Antônio Sérgio Alves Vidigal

VICE-PRESIDENTE

REGIONAL CENTRO-OESTE

Dagoberto Nogueira Filho

VICE-PRESIDENTE

REGIONAL NORDESTE

Ronaldo Augusto Lessa Santos

VICE-PRESIDENTE

REGIONAL NORTE

Antônio Waldez Góes da Silva

VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES

INSTITUCIONAIS

Ana Ligia Costa Feliciano

VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES

PARLAMENTARES

Antônio Fernandes dos Santos Neto

SECRETÁRIO

NACIONAL DE FINANÇAS

Eduardo Martins Pereira

SECRETÁRIA NACIONAL DE DIVULGAÇÃO E

PROPAGANDA

Kariadine de Maria Nascimento Pacheco Maia

SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSUNTOS DE

ORGANIZAÇÃO

Salete Beatriz Roszkowski

SECRETÁRIO NACIONAL

DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Trajano Ricardo Monteiro Ribeiro

SECRETÁRIO NACIONAL

DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Everton da Conceição Gomes



**FUNDAÇÃO
LEONEL BRIZOLA-ALBERTO PASQUALINI (FLB-AP)**

DIREÇÃO DA FLB-AP

Presidente
Manoel Dias
Vice-Presidente
André Peixoto Figueiredo Lima
Secretário-Geral
André Menegotto
Tesoureiro
Antonio Henrique de A. Filho
Secretário-Executivo
Ades Oliveira

CONSELHO CURADOR

Carlos Roberto Lupi — Presidente
Manoel Dias — Secretário
Marcelo de Oliveira Panella
Antônio Henrique de A. Filho
Ana Ligia Costa Feliciano
Nelton Miguel Friedrich
Angela Maria Rocha
Flávia Carreiro Albuquerque
Morais
Martha Mesquita da Rocha
Francisco Flávio Torres de Araújo
Ligia Doutel de Andrade
Geraldo Tadeu Moreira Monteiro
Maria Amélia de Souza Reis
Isabella M. de Roldão Fiorenzano
Osvaldo Peres Maneschy
Maria José Latge kwamme
Nelson Marconi
Fernando Barbosa
Joelma de Moraes Santos

CONSELHO FISCAL

Maria José Latge kwamme
Eroides Aparecida Lessa
Marli Rosa de Mendonça
Fernando Barbosa
Airtton Costa do Amaral

CONSELHO EXECUTIVO

Manoel Dias — Presidente
André Peixoto Figueiredo Lima
André Roberto Menegotto
Antônio Henrique de A. Filho
Sirley Soares Soalheiro
Jorge Gomes O. Brand (Dep. Goura)
Maria Amélia de Souza Reis
Geraldo Tadeu Moreira Monteiro
Mara de Fátima Hofans

EQUIPE DE TRABALHO

Bruno Ribeiro
Edevaldo Pereira
Everton Gomes
Henrique Matthiesen
João Cyrillo
Karina Crivellani
Leonardo Britto
Leonardo Lupi
Leonardo Zumpichiatti
Pamela Fonseca
Rafael Machado
Sandro Alencar
Shana Santos
Vinícius Bowen



PRESIDENTE:

Alexandre Gonçalves

VICE-PRESIDENTE:

Jovita José Rosa

SECRETÁRIO-GERAL:

Anderson Rosa Vaz

SECRETÁRIO DE NUCLEAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA:

André Luis Gaetta de Moraes

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO E REDES:

Fernando Mendonça de Oliveira Junior

SECRETÁRIO DE DIÁLOGO COM AS

IGREJAS DE RITO CATÓLICO:

Luiz Carlos de Souza

SECRETÁRIO DE DIÁLOGO COM AS IGREJAS PROTESTANTES:

Peniel Pacheco

TESOUREIRA:

Gislene Coelho Araújo Ribeiro

VICE-PRESIDÊNCIA REGIÃO NORTE:

Joana Darc Oliveira Ribeiro Novo

VICE-PRESIDÊNCIA REGIÃO NORDESTE:

Hari Alexandre Brust Filho

VICE-PRESIDÊNCIA REGIÃO CENTRO-OESTE:

Wasny de Roure

VICE-PRESIDÊNCIA REGIÃO SUDESTE:

Carlos Alberto Cacau de Brito

VICE-PRESIDÊNCIA REGIÃO SUL:

Cláudio Moacir Severo Moreira

Executiva nacional

2021-2022 (provisória)

DIRETORIAS

MULHERES:

Maria Carmen Anunciação de Christo

FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Sara Marrocos Bezerra Gall

MOBILIZAÇÃO E RELAÇÕES ECLESIAIS:

Isacir Mognon

TRABALHO E RENDA:

Marcos Pacheco

JURÍDICO:

Rafael Moraes Júnior

PUBLICAÇÃO E ENSINO:

Pedro Mülbersted Pereira

EXPEDIENTE

Colaboradores:

Alexandre Gonçalves

Cláudio Moacir Severo Moreira

Hari Alexandre Brust Filho

Pedro Mülbersted Pereira

Peniel Pacheco

Rafael Moraes Junior

Shana Santos (revisão)

Haroldo Brito (diagramação)

CONTATOS:

cristaostrabalhistas@gmail.com

facebook.com/cristaos.trabalhistas

Twitter: @cristaostrabpdt

YouTube.com/cristaostrabalhistas

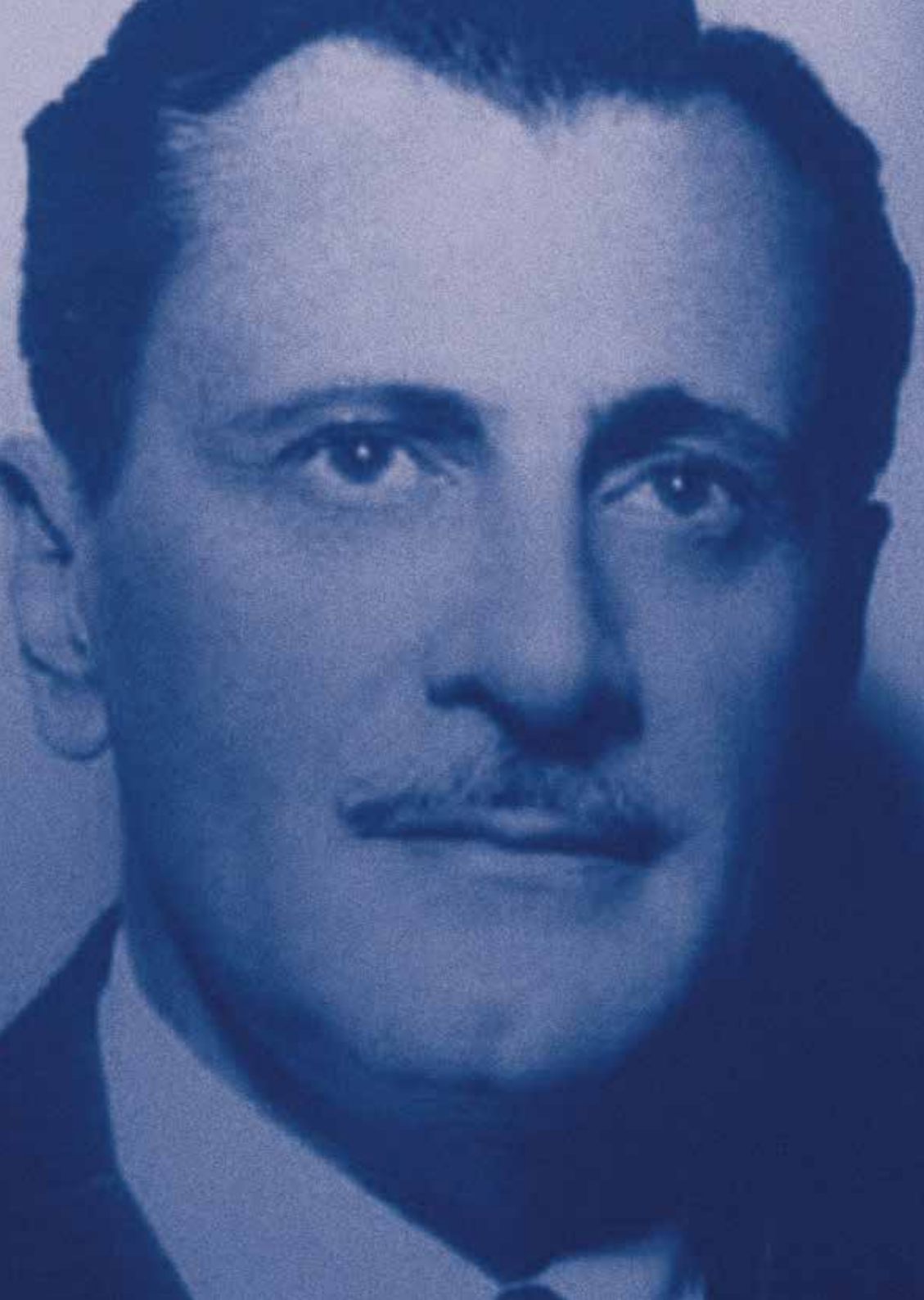


Sumário

- 8** **Palavra do Presidente**
——— Carlos Lupi
- 10** **Religião e política**
——— Ciro Gomes
- 12** **O sagrado direito de exercer a fé**
——— Manoel Dias
- 14** **Um olhar teológico sobre o trabalhismo**
——— Alexandre Gonçalves
- 16** **O dever de esperar**
——— Jovita José Rosa



- 1. A pessoa humana e o seu lugar no universo e na história 19**
- 2. A família 25**
 - 26 O tempo de qualidade como alicerce para uma família saudável
 - 28 O trabalhismo e a defesa do trabalhador
 - 28 A verdadeira defesa da família: os ideais do trabalhismo
- 3. A fé cristã 31**
 - 31 A fé cristã como doutrina
 - 32 A fé subjetiva: a capacidade de acreditar
 - 34 A fé cristã e o materialismo das ideologias políticas
 - 35 A fé cristã e o trabalhismo
- 4. As liberdades 39**
- 5. Os princípios e valores (ética e moral) 45**
 - 46 A Defesa da Vida
 - 46 A Defesa da Família
 - 47 A Integridade
 - 47 A Separação entre Igreja e Estado
- 6. A educação 49**
- 7. A cidadania 53**
- 8. O Estado Democrático de Direito 57**
- 9. A política 61**
 - 62 Fazer política é pecado?
 - 62 E a questão partidária?
- 10. O trabalho 65**
- 11. A justiça social 67**
 - 68 Justiça Social e o Trabalhismo na visão de Alberto Pasqualini
 - 70 Trabalhismo e Justiça Social: O Capitalismo Solidário de Pasqualini
- 12. O Trabalhismo Cristão 79**
 - 79 Origens do Trabalhismo no Brasil — PTB / PDT
 - 80 O Trabalhismo Cristão, o PDT e Alberto Pasqualini
 - 81 Fundamentos Cristãos Trabalhistas
 - 83 O Movimento Cristãos Trabalhistas



A vida só tem expressão, só tem sentido, só tem beleza, quando guiada por um ideal; ideal de bondade, de justiça, humanidade que nos faça compreender as contingências e as misérias terrenas, nos dê forças e coragem para superá-las e nos aproxime sempre mais da perfeição, que só existe fora dos limites humanos, isto é, na vastidão e na glória de DEUS

————— *Alberto Pasqualini*



Carlos Lupi
Presidente
Nacional do
PDT

Palavra do Presidente

O avanço da extrema direita no Brasil cooptou alguns seguimentos da sociedade e tenta se apropriar de muitos deles. É o caso do cristianismo. Querem impor a ideia de que todo cristão, sobretudo os evangélicos, é conservador e de direita, mas isso não é verdade. A criação do Movimento Cristãos Trabalhistas do PDT, um diferencial na política atual, vem justamente para mostrar a outra face da cristandade, inclusive, arrisco a dizer que é a verdadeira face de amor, solidariedade e fraternidade.

Jesus, figura central da fé cristã em suas diversas ramificações, nunca pregou o ódio, o preconceito ou a violência. O Cristo não viveu aliado aos ricos e poderosos e nunca quis ser ou se comportou com superioridade. Pelo contrário, ele viveu ao lado dos pobres, dos pecadores e dos necessitados, tratando a todos com fraternal igualdade. Nasceu em uma manjedoura e andava de sandália, prezando pela humildade. Em minha modesta opinião, Jesus Cristo foi o maior socialista que a humanidade já teve.

A postura odienta da direita, que se apossou de grupos cristãos para se perpetuar no poder, é antagônica ao cristianismo. Jesus não acusava e não ensinou a demonizar outras manifestações de fé, tampouco apontava o dedo para os pecadores ou promovia seu linchamento. Quando esteve com Maria Madalena, olhando para aqueles que a odiavam, não hesitou em dizer: “Atire a primeira pedra quem nunca pecou”. Pois é este o comportamento do Movimento Cristãos Trabalhistas.

O movimento pedetista acredita no respeito, na tolerância, na solidariedade e no amor para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Nada pode ser mais próximo do socialismo democrático do que os ensinamentos de Cristo. Por isso, o Movimento Cristãos Trabalhistas é fundamental nesse momento, para desfazer o discurso de ódio que tem se apropriado de forma mercantilista desse setor da sociedade, assim como para aproximar ainda mais os cristãos da social democracia que o PDT representa, do trabalhismo e da nossa visão de mundo na busca por justiça social.



CIRO GOMES
Vice-Presidente
Nacional do PDT

Religião e política

O Brasil é uma República laica, ou seja, o Estado tem vida independente das igrejas e elas têm vida independente do Estado. Mas, estes livros (Bíblia e Constituição) não são conflitantes. Ao contrário: nossas leis não permitem favorecer uma religião sobre outras, nem os brasileiros que têm fé sobre os que não têm.

Esse princípio republicano, porém, não nos deve levar à negação de uma realidade histórica com consequências sempre atuais: o Brasil se formou no berço do cristianismo, e são dois os aspectos da mensagem cristã que devem falar fundo no coração de qualquer brasileiro.

O primeiro é a ideia da superação. Cada um de nós, criado à imagem e semelhança de Deus, carrega dentro de si a centelha de uma vida maior. Mas, para vivenciá-la na plenitude é preciso um trabalho digno e condições objetivas que façam este trabalho render. Para isto, temos que começar a reconstruir o Brasil passo por passo, detalhe por detalhe, porque significará, também, reconstruir a vida de todos os brasileiros. Um trabalho que precisa ser feito com moderação e realismo, mas também com coragem e visão.

O segundo aspecto da mensagem cristã que todos nós, brasileiros, devemos escutar é a primazia da solidariedade. Ela é a expressão do amor na vida coletiva. Estamos todos profundamente ligados por vínculos invisíveis. Portanto, só conseguiremos ficar maiores, se ficarmos maiores juntos.

O Brasil é vitalidade, é pujança. O que o coração brasileiro quer é ver essa pujança, essa força, esse vigor casados com amor, ternura e outros valores espirituais. O que isto tem a ver com a política? Tudo. Porque a boa política, além de ser semeadora de sonhos, é a alavanca do destino coletivo e das liberdades individuais, e esse sonho se desfaz se o mundo não oferece condições materiais e espirituais para ele florescer e frutificar.



**Manoel
Dias**

Presidente da FLB-AP;
Secretário-geral do PDT

O sagrado direito de exercer a fé

Não há exatidão na ciência sobre o surgimento do homem. Contanto, a Bíblia nos traz respostas para o mundo cristão atrás da Gênese. Mas, um fato é consensual, pois é inerente ao ser humano, que é sua fé. Esta adesão incondicional, desprovida de critério objetivo e de constatação de absoluta confiança em narrativas que expliquem e deem sentido à vida, é a fé.

Razão pela qual é indissociável saber quem nasceu primeiro: o homem ou a fé, que é umbilicalmente paralela ao seu surgimento e está intrinsecamente enraizada na existência humana.

O homem é um ser de fé, mesmo os que declaram o ateísmo são portadores de negação da fé, mas é a fé.

As religiões são a institucionalização da fé e há entre 40 e 60 mil religiões que são professadas em todas as línguas, culturas e etnias.

Nós, trabalhistas, somos uma organização política de homens e mulheres das mais diversas religiões, e disputamos uma visão de sociedade e de mundo na qual acreditamos ser o melhor para uma sociedade justa e soberana. Baseamo-nos nas ações e projetos bem-sucedidos, que ao longo da História, promoveram direitos sociais e desenvolvimento para o nosso povo.

Esses direitos e desenvolvimento para o trabalho está focado na educação libertária de qualidade. Não há sociedades desenvolvidas sem educação, não

há humanização sem educação, não há respeito sem educação, não há civilidade sem educação. Educação é a base de uma sociedade.

Evidentemente, que muitos dos nossos militantes e que acreditam em nossa doutrina política são cristãos das mais variáveis denominações. Têm fé em Deus e lutam por justiça social e melhores condições de vida no plano terreno.

Como corrente política não nos cabe argumentar, interferir ou catequizar nos ensinamentos da fé ou da religiosidade, uma vez que, assim como pregamos que o Estado seja laico, nosso partido também o é.

Laico porque, numa sociedade laica todos podem professar e exercitar sua fé, sem perseguição, sem imposição ou importunação. A fé é singular: deve e tem que ser livre, como uma questão de foro íntimo.

Entretanto, temos nossos princípios e valores, como a liberdade religiosa e o exercício pleno da fé. Acreditamos na coexistência ecumênica, sem anulação ou germinar de ódios e preconceitos que visem a segregar nossa sociedade, ou simplesmente envenená-la, muitas das vezes por interesses inconfessáveis.

O legado trabalhista – por meio de um de seus mais importantes ideólogos, Alberto Pasqualini, tem bases na justiça social, no livre-arbítrio, no cristianismo, no amor e na união.

Esta é a base do Movimento Cristão do PDT.

Nossa tarefa é o germinar do conhecimento e o fecundar da paz social. Perseguir o desenvolvimento humano, por meio da justiça social, é garantir o exercício da fé e da religião, sem ódio, intolerância, manipulação, anulação e preconceito.

A fé coletiva do Trabalhismo não é excludente, não é rancorosa, mas sim no vindouro, onde possamos nos confraternizar pacificamente e com a nossa utopia buscar horizontes harmônicos baseados na fraternidade, na igualdade, e na liberdade, assim como lutaram os franceses e influenciaram o mundo.

Acreditamos que é possível construirmos uma humanidade melhor. Assim como a fé nos impulsiona e nos dá sentido, nossos sonhos seguem estes ditames, uma vez que, nosso partido, nossos movimentos e nossos militantes só têm sentido se sonharmos e lutarmos por estas causas, ou seja, a causa trabalhista, que é soberania nacional, os direitos sociais e o desenvolvimento econômico para uma sociedade sadia e harmônica.



Pr. ALEXANDRE GONÇALVES

Presidente Nacional
do Movimento
Cristãos Trabalhistas

Um olhar teológico sobre o trabalhismo

Faz alguns anos que percebemos que o ensino cristão tem sido bastante corrompido por ideologias as mais diversas. Desde a teologia da libertação, que tentou transformar a mensagem do Evangelho em uma mensagem de luta de classes e revolução violenta até a teologia da prosperidade que hoje transforma o evangelho em uma mensagem individualista, materialista, em uma busca desenfreada por riquezas mundanas e indolência com a dor e miséria do próximo. Tanto um ensino quanto o outro são heterodoxias que vituperam o Evangelho de Cristo e o transformam em simples instrumento político e ideológico.

Entretanto, estamos diante de um aprimoramento malévolu da última heterodoxia citada, visto que agora introduziram no Evangelho uma ideia de que exista uma cosmovisão cristã cristalizada e que esta visa uma sociedade ultra capitalista, onde o “cada um por si” impera de maneira fatal e que esta cosmovisão, que inclui conceitos morais particulares do cristianismo, tem de ser introduzida por meio de uma guerra cultural a toda a população de um país.

Tentando fugir da distorção de introduzir no Evangelho quaisquer ideologias políticas, essa cartilha faz o oposto: ela apenas extrai do Evangelho e dos

vários documentos produzidos pela Igreja bases para um modelo moderado de sociedade em que, ao mesmo tempo em que se preserva a liberdade individual e material das pessoas, também extrai bases para um estado que não permita que pessoas vivam sem dignidade humana, ou seja, sem um emprego com remuneração digna, moradia, transporte, saúde e segurança. Ou seja, nada de introduzir ideologias políticas no evangelho, mas podemos, em um caminho oposto, pensar em uma sociedade justa, fraterna e solidária nos baseando no Evangelho. E foi isso que Alberto Pasqualini fez com maestria e é de grande parte do pensamento dele que essa cartilha foi construída. Como ele disse: “Dentro do Evangelho há ainda muito para aprender e nunca os seus preceitos tiveram tanta atualidade” (“A Lei e As Mulheres”, Correio do Povo, 04 de julho de 1943).

Espero, portanto, que essa cartilha ajude a iluminar as mentes e corações dos nossos irmãos brasileiros que professam a fé cristã em seus mais variados ritos católicos e protestantes a lembrar da mensagem de Nosso Senhor Jesus Cristo quando no Evangelho de São Mateus (25:34-40) disse: *Vinde, benditos de meu Pai, possuí por herança o reino que vos está preparado desde a fundação do mundo; Porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro, e hospedastes-me; Estava nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão, e foste me ver. Então os justos lhe responderão, dizendo: Senhor, quando te vimos com fome, e te demos de comer? ou com sede, e te demos de beber? E quando te vimos estrangeiro, e te hospedamos? ou nu, e te vestimos? E quando te vimos enfermo, ou na prisão, e fomos ver-te? E, respondendo o Rei, lhes dirá: Em verdade vos digo que quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes.*



JOVITA JOSÉ ROSA

Vice-Presidente Nacional
do Movimento
Cristãos Trabalhistas

O dever de esperar

Muitos podem até achar estranho a existência de um movimento cristão dentro de um partido político, não obstante existirem tantos outros movimentos e todos com bandeiras também importantes, que nós, Cristãos Trabalhistas, a elas nos unimos e as defendemos.

Será o lugar de cristãos e cristãs somente dentro das igrejas, fechando os olhos para o mundo ao seu redor? Se antes de Cristo, Aristóteles já dizia que política é a arte do bem comum, Jesus Cristo nos trouxe o Evangelho que é a personificação de viver o bem comum: "Fazei aos outros o que quereis que façam à vós"; "Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns aos outros".

Os cristãos têm missão profética, e isso não é opção, é obrigação. Se os profetas se calarem, as pedras falarão. E se temos o dever da esperança, como está tão bem definido em nosso Projeto Nacional de Desenvolvimento, para nós cristãos e cristãs trabalhistas esse é um chamado a fazer política a partir dos preceitos do Evangelho, superando as ideologias, como diz o Papa Francisco. Não podemos lavar as mãos, como Pilatos e sim lavar os pés uns dos outros, como Jesus.

É necessária uma nova presença de cristãos e cristãs na política, que tantas vezes foi desgastada por vilipendiadores que usaram a máscara de cristãos e viveram e vivem sem comunhão com o Evangelho de Cristo.

Que essa cartilha nos renove para sermos essa “nova presença” como “sal da terra e luz do mundo” e assim olharmos para o Brasil e enxergarmos a realidade concreta, mas com esperança.

E, como diz Paulo Freire: “É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo”. Não podemos esquecer que, além de termos compromisso e responsabilidade com as causas do trabalhismo, somos, acima de tudo, desafiados a honrar a nossa fé cristã em um mundo marcado pela desigualdade e pela injustiça.

1.

*Quando vejo os teus céus, obra dos
teus dedos, a lua e as estrelas que preparaste:
que é o homem mortal para que te lembres
dele? E o filho do homem, para que o visites?*
— Salmos 8:3 e 4

A pessoa humana e o seu lugar no universo e na história

A pergunta que salta aos olhos, no texto a seguir é de suma importância para inquirir o ser humano acerca do seu papel no mundo criado: *Que é o homem mortal para que te lembres dele?*

Para respondê-la, convém tomar emprestada a sentença do filósofo cristão Blaise Pascal (1623–1662) quando discorre sobre o poder e as limitações inerentes ao ser humano. Diz ele:

É perigoso fazer ver demais ao homem o quanto ele é igual aos animais, sem lhe mostrar a sua grandeza. É também perigoso fazer-lhe ver demais a sua grandeza sem lhe mostrar a sua baixeza. Mas o mais perigoso de tudo é deixá-lo na ignorância de uma e outra coisa. É muito útil apresentar-lhe ambas.¹

Ao ser colocado lado a lado com as obras da natureza, observa-se que o ser humano precisa encontrar a razão de ser da sua existência no mundo. Qual o propósito da vida humana? Qual a relevância de sua presença diante da necessidade da construção de um mundo melhor? O que o diferencia dos demais seres e do próprio universo que o abriga?

O mesmo Pascal insiste na importância de se estabelecer uma razão digna para dar ao homem um sentido objetivo para a sua existência. Diz ele:

¹ Bl. Pascal, *Pensées*, 121 (418), Ed. du Seuil, 1962, In Arnhold P. Silvino (coord.) *Teologia para o Cristão de Hoje*, v. 1. Instituto Diocesano de Ensino Superior de Wurzburg. São Paulo: Ed Loyola, 1975.

O homem não passa de um caniço, o mais fraco da natureza, mas é um caniço pensante. Não é preciso que o universo inteiro se arme para esmagá-lo: um vapor, uma gota de água basta para matá-lo. Mas, mesmo que o universo o esmagasse, o homem seria ainda mais nobre do que quem o mata, porque sabe que morre e a vantagem que o universo tem sobre ele; o universo desconhece tudo isso. Toda a nossa dignidade consiste, pois, no pensamento.²

Por ser capaz de pensar, o ser humano consegue fazer uso de sua percepção para realizar as leituras dos acontecimentos e cenários presentes em seus cotidianos. Assim, ao fazer uso da razão, ele é capaz de dar um sentido à sua existência e, com base nos seus modos de ser, de pensar, de falar e de agir, ele se torna um agente de transformação do mundo visando a atender adequadamente às necessidades e desejos individuais e coletivos.

O trabalho é, pois, o principal instrumento de que o indivíduo dispõe para mudar o mundo à sua volta e, na medida em que ele transforma o seu mundo, acaba transformando a si mesmo, pois a construção de um novo modo de ver e de fazer o mundo vai implicar diretamente na definição de um novo modo de ver e de orientar a si mesmo. Daí a concepção externada pelo filósofo e matemático francês René Descartes (1596-1650): *cogito ergo sum*, ou seja, **penso, logo existo**.

O existir como pessoa humana torna-se, portanto, uma consequência natural de sua forma de pensar e de agir, pois, ao tomar consciência de sua capacidade de intervir no mundo, o homem se percebe portador de uma missão transformadora que transcende à sua própria existência. Na verdade, ele passa a se ver como parte ativa na história do universo como um todo, incluindo nesta, sua própria história e a história de toda humanidade.

Pode-se dizer, destarte, que o homem não apenas existe, mas ele coexiste com o universo criado e, especialmente, com os seus semelhantes. Constata-se, desse modo, que todo o esforço, todo o trabalho, toda ação humana deve visar a um bem comum.

² Idem

Ao trabalhar para si, cada pessoa trabalha, de uma forma ou de outra, pelo todo. Logo, se o seu trabalho resulta em sucesso, o sucesso não se dá somente para si, mas resulta em benefício para todos. Por outro lado, se o trabalho individual resulta em algum tipo de subjugação ou opressão pelo outro, as consequências geradas pela injustiça não poderão ser percebidas e suportadas somente pelos injustiçados, mas por todos. De tal modo que a alegria de um acabará sendo percebida e desfrutada por todos; e as tristezas e os sofrimentos de um deverão ser vistos e entendidos como sendo a tristeza e o sofrimento de todos.

A capacidade de ser empático é uma virtude muito valorizada nas Escrituras Sagradas. Paulo, em sua Carta aos Romanos, ensina que devemos nos “alegrar com os que se alegram”; e “chorar com os que choram” (Romanos 12:15). Isto demonstra que o comportamento solidário e cooperativo é um dos mais importantes pilares da fé cristã.

Principalmente se considerarmos que o trabalho é a conjugação de talentos, ideias, habilidades e esforços de todos, o que implica que seus resultados devem convergir para a garantia do bem-estar da coletividade dos indivíduos que estiverem, direta ou indiretamente, envolvidos na sua consecução.

Nota-se, diante dos princípios acima elencados, o quanto é inapropriado atribuir-se ao indivíduo a chancela de senhor absoluto de si mesmo. Pois em resposta ao apelo de lutar em favor da própria existência, o homem se percebe interdependente de tudo e de todos. Sua presença no mundo impacta, positiva ou negativamente, não apenas a sua vida, mas, também, a vida do outro. Do mesmo modo que a presença do outro não deixa de impactar a sua vida e a dos demais.

Urge reconhecer, portanto, que é por meio do trabalho conjunto que se constrói a história de cada um e, por conseguinte, é na história de vida de cada um que se constrói a história de todos.

É até compreensível que, ao serem colocadas lado a lado umas das outras, as pessoas acabem desenvolvendo algum modelo de convivência baseado na comparação entre indivíduos — por causa das peculiaridades e características inerentes a cada pessoa em particular. Ao se enfatizar excessivamente tais parâmetros de convivência, o trabalho pode desencadear infundáveis processos de competição e de concorrência os quais, cabe ressaltar, sempre marcaram a história da humanidade em seus múltiplos momentos e ambientes.

O que não se pode aceitar passivamente é que tais processos competitivos venham servir de pretexto para o empoderamento exacerbado do “eu” individual, cuja intenção seria: premiar os mais privilegiados, em flagrante prejuízo daqueles que, por razões alheias à sua condição ou vontade — incluindo-se a falta de oportunidades iguais —, são simplesmente colocados à margem dos direitos e garantias que, por um imperativo ético e moral, devem alcançar a todos indistintamente.

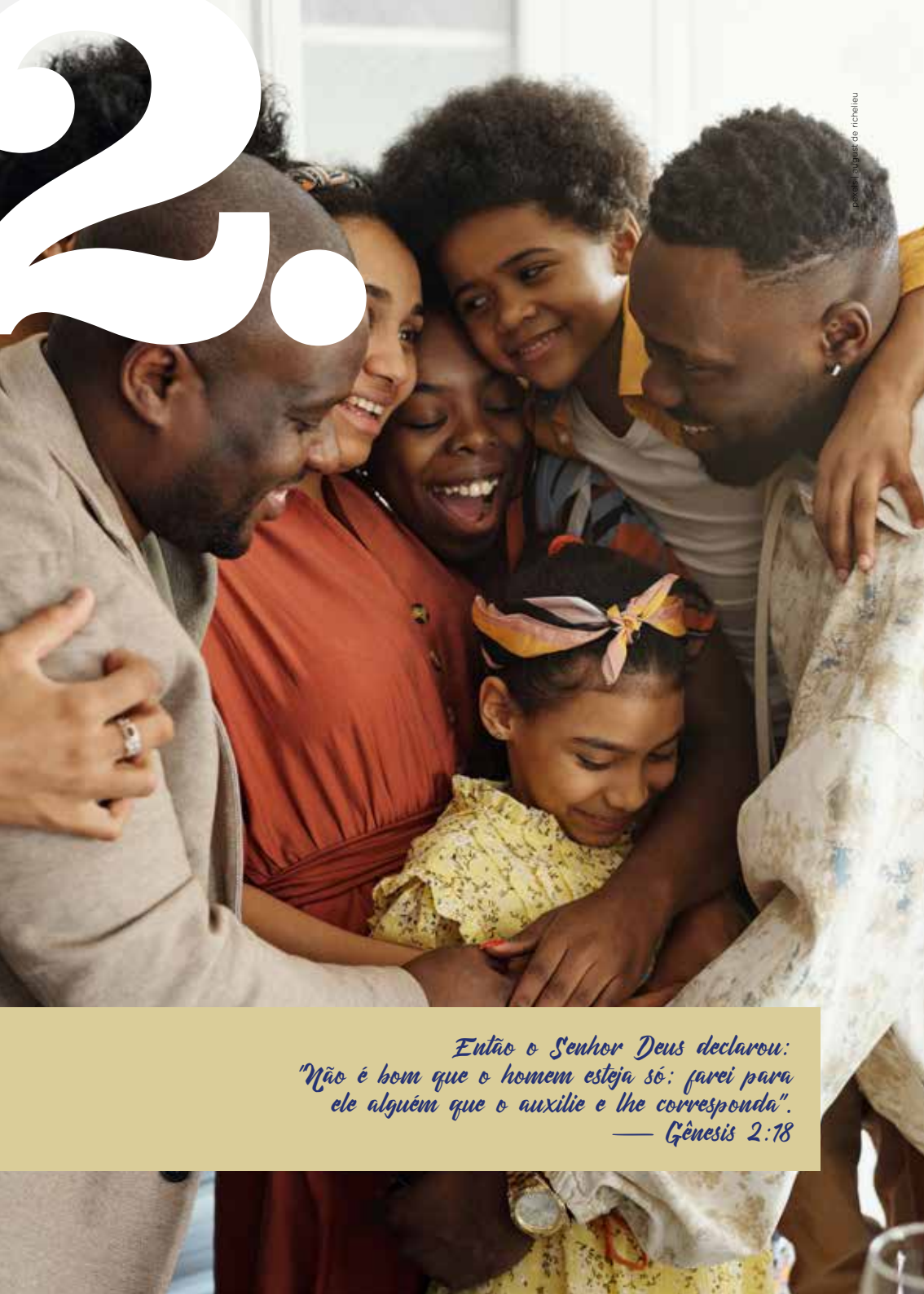
As eventuais diferenças individuais não devem, portanto, servir de argumento para a adoção, entre humanos, da lei da selva — onde apenas os mais fortes sobrevivem. Muito pelo contrário, é um fator a mais de reafirmação da necessidade de se manter a interdependência como um meio de favorecer o compartilhamento das experiências e habilidades pessoais, visando a capacitação do conjunto dos colaboradores, por meio do aproveitamento eficaz da participação cooperativa de cada um — com suas respectivas habilidades e dons — em busca de melhores resultados para todos.

Voltando ao texto bíblico inicial, conclui-se que a presença de cada indivíduo — quando egoisticamente trancado em seu pequeno mundo — o levará a ser engolido pela imensidão de coisas e circunstâncias que inundam o universo infinito, sem que se reconheça a relevância da fraternidade humana e o real valor de cada pessoa como parte integrante do conjunto da sociedade. Diante de tal perspectiva, é preciso

levar em consideração que, embora indivíduo algum passará despercebido perante os olhos atentos do Criador, o infinito e eterno amor divino alcança toda a humanidade independentemente de quaisquer rótulos ou adjetivos.

Visto como “obra-prima da criação”, o ser humano ocupa um lugar de destaque no mundo justamente para cumprir sua nobilíssima missão. Diz o Senhor: “Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra, e sujeitai-a” (Gênesis 1:28). Vê-se que o sentido da existência humana passa necessariamente pelo bom cumprimento da incumbência, a ele concedida, de cuidar bem do seu habitat. Está sob sua responsabilidade zelar coletivamente — e da melhor maneira possível — de todo o legado que lhe foi confiado pelo próprio Criador visando a transformação do mundo em permanente busca pelo bem comum.

Há que se reconhecer, portanto, que cada ser humano tem o direito natural de ocupar o seu lugar na história. Não se pode olvidar, além do mais, que a prodigiosa memória divina não deixará de distinguir aqueles que enxergam o trabalho como um sacerdócio (visando a construção de um mundo melhor para todos); daqueles que exploram o trabalho alheio como forma de atender, exclusivamente, aos seus próprios interesses e demandas, ignorando a necessidade imperiosa de estender, de forma justa e solidária, a soma dos resultados obtidos àqueles que cooperaram, direta ou indiretamente, para a sua concretização. Isto fica bem evidente na denúncia feita por Tiago: “Eis que o salário dos trabalhadores que ceifaram as vossas terras e que por vós foi diminuído clama; e os clamores dos que ceifaram entraram nos ouvidos do Senhor dos Exércitos”. (Tiago 5:4)



*Então o Senhor Deus declarou:
"Não é bom que o homem esteja só; farei para
ele alguém que o auxilie e lhe corresponda".
— Gênesis 2:18*

A família

Desde os primeiros registros da Bíblia, Deus demonstra seu desejo e seu apreço por compartilhar de sua santa felicidade, alegria e amor, gerando uma família na terra. Quando Deus fez o homem, Ele queria ter filhos com a sua imagem, com a sua natureza e com a sua vida. Deus queria ter uma grande família que expressasse na terra a sua glória e autoridade: “Então disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais grandes de toda a terra e sobre todos os pequenos animais que se movem rente ao chão”. (Gênesis 1:26)

Por isso, Adão e Eva, de acordo com a linguagem bíblica, foram criados à imagem de Deus. Sabemos que cada ser vivo se reproduz segundo a sua própria espécie. Assim, quando Adão e Eva se multiplicassem, reproduziriam filhos à imagem de Deus. Esta seria a família de Deus.

Mais adiante, o apóstolo Paulo, ao falar do propósito de Deus para a criatura humana, diz: “Sabemos que Deus age em todas as coisas para o bem daqueles que o amam, dos que foram chamados de acordo com o seu propósito. Pois aqueles que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos”. (Romanos 8:28 e 29).

Ou seja, Deus Pai quer uma grande família, onde Jesus, Seu filho é o primogênito dentre muitos irmãos (nós). Família é uma idealização de Deus e foi a forma que Ele instituiu para que os valores mais caros da humanidade pudessem ser reproduzidos, ensinados e, pelo exemplo, demonstrados de pai

para filho. A partir do Antigo Testamento as recomendações bíblicas caminham nesse sentido: “Que todas estas palavras que hoje lhe ordeno estejam em seu coração. Ensine-as com persistência a seus filhos. Converse sobre elas quando estiver sentado em casa, quando estiver andando pelo caminho, quando se deitar e quando se levantar”. (Deuteronômio 6:6 e 7)

Portanto, nós cristãos trabalhistas, entendemos que a família jamais pode ser substituída pelo estado, sendo ela a célula principal de vida na sociedade. É da família que se origina tudo o que teremos em nossa sociedade. Famílias ruins ou derrocadas geram uma sociedade ruim e derrocada.

O tempo de qualidade como alicerce para uma família saudável

Uma das grandes diferenças da sociedade pós revolução industrial foi o fato de todos os membros da família terem que trabalhar, incluindo as crianças e as mulheres. O jornal suíço “Anzeiger von Uster” publicou um anúncio em 1870 com o seguinte teor: “Procura-se: duas famílias numerosas de trabalhadores, especialmente com crianças aptas ao trabalho, para trabalhar em uma fábrica de fição”.¹

A industrialização atravessou a Suíça e o mundo a todo vapor. No século XIX, houve uma mudança de cenário — dos campos para a fábrica —, mas ainda se considerava a criança como força de trabalho. Aí começou a exploração real: em contraste com o trabalho na agricultura, na indústria não havia diferença se o trabalho era desempenhado por um adulto ou criança. Afinal, não era preciso muita força física para alimentar a máquina de tecelagem.

A partir desse ponto, podemos ver o que o capitalismo selvagem, sem regras, pôde gerar, fazendo com que o tempo com a família se restringisse a chegar em casa e dormir

¹ GOTSCH, Lars. A infância roubada das crianças de fábrica. *Swissinfo*, Berna (SWI), 10 de fev. de 2021. Disponível em <https://www.swissinfo.ch/por/trabalho-infantil-na-su%C3%AD%C3%A7a_a-inf%C3%A2ncia-roubada-dos-oper%C3%A1rios--fabriklerkin-der-/43508762>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

pela profunda exaustão. Sem diálogo, sem afeto, sem o lazer que aumenta os laços e cria o ambiente sadio de crescimento humano e espiritual. A criança, principalmente, era tolhida de uma relação familiar para ter de ficar trabalhando por horas, sem descanso em uma fábrica. Veja um trecho de uma redação escolar de um menino de 12 anos. Ele descreve seu cotidiano de operário, enfiando linhas nas agulhas dos teares, nos anos 1880:

Assim que me levanto pela manhã, tenho que descer as escadas até o porão, para começar minha jornada. São mais ou menos cinco e meia da manhã. Aí eu tenho que enfiar as linhas nas agulhas dos teares até às sete horas e só então tomo o café-da-manhã. Depois volto ao trabalho até a hora de ir para a escola. Quando a escola termina, às onze horas, vou para casa e volto para as agulhas até às doze horas. Almoço e volto a trabalhar até pouco antes da uma da tarde. Retorno à escola, onde aprendo muitas coisas úteis. Quando chego em casa, trabalho até escurecer. Aí janto. Depois da janta, trabalho novamente até às dez da noite. Às vezes, quando o trabalho é urgente, fico até às onze da noite no porão. Depois digo aos meus pais boa noite e vou dormir. É assim todos os dias.²

Conforme a rotina descrita acima, não há como as relações familiares terem o efeito desejado por Deus, quando da criação da família. Como almejar que uma família possa ser e fazer aquilo que se espera dela com os pais e os filhos tendo que trabalhar por mais de 12 horas diárias, sem direito à folga semanal, férias remuneradas e ganhando um salário que os obrigue a colocar toda a família no trabalho? Sem tempo de qualidade, não existe família saudável. Não há ambiente de cuidado, conversa, brincadeira e carinho. E, muito menos, o tempo para os pais educarem seus filhos dentro dos valores cristãos que tanto desejamos ver reproduzidos neles. O sistema capitalista, sem nenhum freio, tira o tempo de qualidade de uma família.

2 Idem.

O trabalhismo e a defesa do trabalhador

O trabalhismo é uma corrente de pensamento que sempre defendeu que o trabalho pudesse ter seu valor e que o trabalhador seja devidamente valorizado. Já na constituição de 1934, Getúlio Vargas deu o pontapé para direitos básicos do trabalhador como salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas, repouso semanal, férias remuneradas e assistência médica e sanitária.³

Em 1943, no dia 1º de maio, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ainda sob um governo trabalhista de Vargas. O país passava por uma fase de desenvolvimento: o número de trabalhadores aumentava e suas reivindicações também. Por isso, era necessário unificar as leis do trabalho. A CLT garantiu parte das demandas dos trabalhadores. Leis posteriores garantiriam também 13º salário, repouso semanal remunerado, dentre outras importantes conquistas. Com um piso salarial, com jornada de trabalho limitada a 8 horas diárias, descanso remunerado e férias anuais também remuneradas, quem que se favorecia com isso? A família!

A verdadeira defesa da família: os ideais do trabalhismo

Diferentemente de muitos que se dizem defensores da família e usam essa pseudodefesa para angariar votos de maneira demagógica entre os cristãos, sem nenhum resultado prático para a vida das pessoas, nós, cristãos trabalhistas, defendemos a família de maneira concreta e prática. Como? Defendendo justamente as medidas que irão fazer com que o pai de família, a mulher e toda a sua prole, possam ter tempo de qualidade uns com os outros. E quais medidas seriam essas?

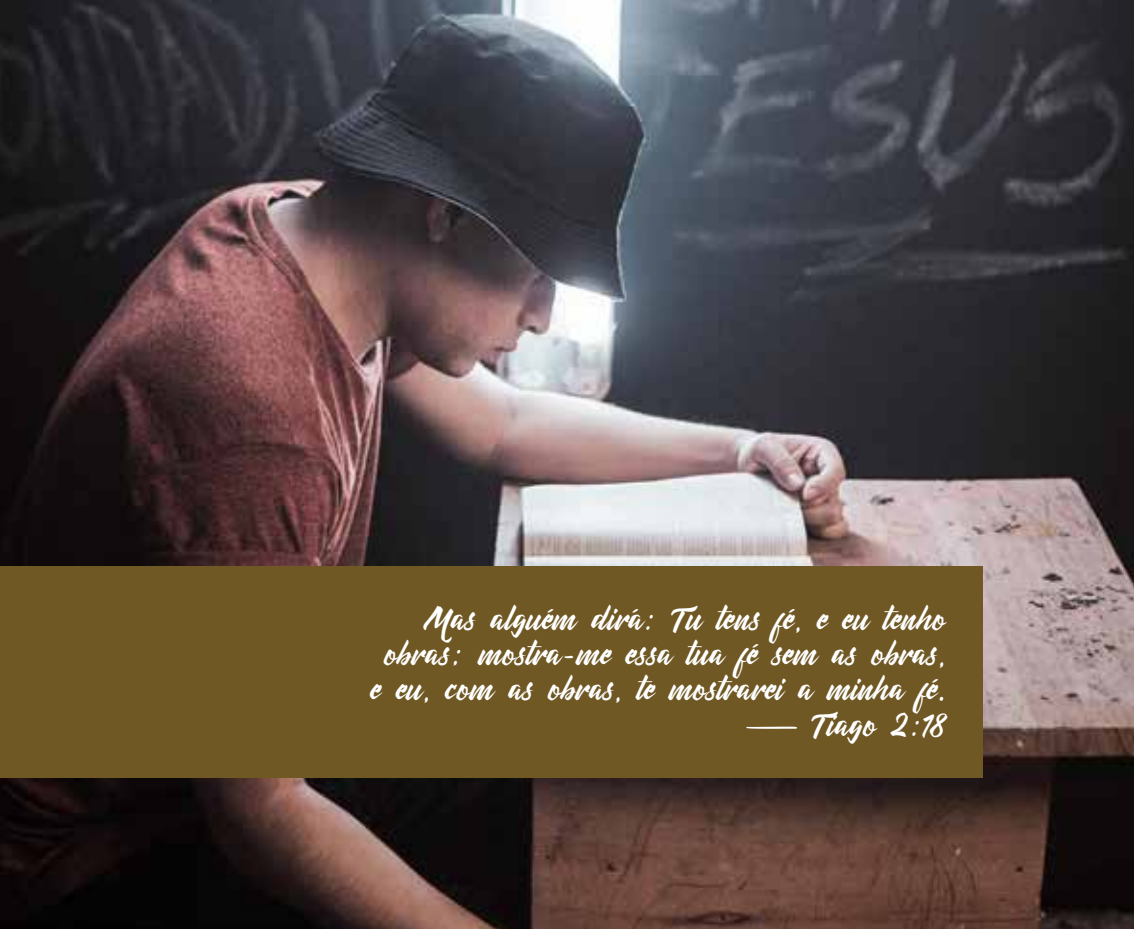
3 Diretrizes do Estado Novo. FGV-CPDOC. Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas>>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

Quando se defende uma jornada de trabalho reduzida sem redução salarial, férias, licença maternidade e folga remunerada, estamos defendendo a família, pois queremos que cada membro dessa essencial célula possa usufruir do relacionamento com os seus, com tempo de qualidade. Uma família precisa poder sentar ao redor de uma mesa em um fim de semana para comer tranquilamente, conversar, rir e brincar. A família tem de ter condições para usufruir de férias remuneradas acrescidas do terço constitucional para poderem viajar juntos, irem para retiros em suas igrejas, poderem acampar, ou seja, serem família.

A precariedade das relações de trabalho (*Uber, ifood* etc.) defendida por aqueles que dizem valorizar a família, mas defendem o capitalismo mais selvagem de todos, representado pelo liberalismo econômico, é a “pá de cal”, o “prego no caixão” da unicidade familiar e das relações saudáveis no lar. Como uma família cristã poderá se reunir em sua igreja, uma vez por semana, todos juntos, se tiverem que trabalhar mais de 12 horas todos os dias, pois não são dignos de nenhum direito trabalhista por trabalharem em serviços cuja precariedade legal não lhes assegura esses direitos?

Enfim, defendemos os direitos trabalhistas, não por uma ideologia política, simplesmente, mas por que, como seguidores de Cristo e de sua santa Palavra, queremos famílias fortes e saudáveis para termos uma comunidade também forte e saudável. Queremos poder ensinar nossos filhos e para isso, precisamos de tempo e tempo de qualidade. Esse é um valor ético do trabalhismo: a família!

3.



Mas alguém dirá: Tu tens fé, e eu tenho obras; mostra-me essa tua fé sem as obras, e eu, com as obras, te mostrarei a minha fé.
— Tiago 2:18

A fé cristã

Quando se fala em fé cristã, pode-se estar falando em dois sentidos: um subjetivo e outro objetivo, teológico. O sentido teológico diz respeito ao conjunto de doutrinas e dogmas que compõem o cristianismo como religião, nas suas mais variadas expressões. No sentido subjetivo, diz respeito à fé pessoal, à capacidade de crer naquilo que não é material, naquilo que está fora do campo de visão natural do ser humano, com esperança e confiança. Ambas expressões de fé fazem parte da cultura de nosso povo e devem ser respeitadas. Nesse sentido, o trabalhismo, como teoria política, é a que lida melhor com essa fé dupla de nosso povo, conforme veremos a seguir.

A fé cristã como doutrina

A fé, no aspecto objetivo, é um sinônimo de credo, ou seja, um conjunto de doutrinas e ensinamentos objeto da crença daqueles que aderem voluntariamente a determinada religião. Como o cristianismo se tornou cultural, principalmente nas sociedades ocidentais, é comum que todos, independentemente de suas crenças, se autodenominem cristãos. Entretanto, é importante delimitar o alcance da fé cristã, visto que a mesma não pode ser confundida com um senso comum, a fim de que possamos ao menos saber do que é composta essa fé.

Embora o cristianismo, de maneira geral, seja dividido em diversas denominações religiosas, há um credo em comum que resume de maneira simples a fé cristã: o credo niceno-constantinopolitano¹.

1 Encyclopédia Britannica, "Nicene Creed: alternative title "Niceno-Constantinopolitan Creed". Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Nicene-Creed>>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

No manifesto do Movimento Cristãos Trabalhistas² resta claro que o referido credo é a base comum de fé de todos os envolvidos no movimento o qual é descrito da seguinte forma:

*Creio em um só Deus, Pai Todo-Poderoso, criador do céu e da terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis. Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho Unigênito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai. Por ele todas as coisas foram feitas. E por nós, homens, e para nossa salvação, desceu dos céus e se encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria, e se fez homem. Também por nós foi crucificado sob Pôncio Pilatos; padeceu e foi sepultado. Ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras e subiu aos céus, onde está sentado à direita do Pai e de novo há de vir, em sua glória, para julgar os vivos e os mortos; e o seu reino não terá fim. Creio no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai e do Filho e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado, ele que falou pelos profetas. Creio na Igreja, una, santa, universal e apostólica. Professo um só batismo para remissão dos pecados. E espero a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há de vir. Amém.*³

A fé subjetiva: a capacidade de acreditar

Em suas mais variadas formas e nas diferentes culturas e períodos históricos, a fé se mostra como experiência universal do ser humano. “Todas as culturas e todos os povos tiveram e têm uma expressão de fé religiosa”.⁴ O homem, portanto, é um ser relacional e é nesse campo que entra a experiência do homem com o sagrado, o transcendente, aquilo que não

2 Manifesto Cristãos Trabalhistas. Portal Disparada. Disponível em:<<https://disparada.com.br/manifesto-cristaos-trabalhistas/>>. Acesso em: 12 de junho de 2021.

3 Credo niceno-constantinopolitano. Ano da Fé, Vaticano, IT, 2013. Disponível em:<<http://www.annusfidei.va/content/novaevangelizatio/pt/annus-fidei/professione-di-fede.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

4 CROATTO, José Severino. As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, p. 09, 2001.

se vê, mas podemos sentir, perceber, tocar com a alma. Essa é a fé subjetiva, a capacidade de acreditar naquilo que não se vê, como bem diz o autor da carta aos hebreus: “Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que se não vêem”. (Hebreus 11:1)

Ainda que se deve ter total respeito aos que afirmam não ter fé e a não crer em nada, a natureza comum é a fé no transcendente, sendo isso imanente. Portanto, são os que não têm fé que devem fazer a prova negativa da inexistência de um objeto espiritual de fé⁵. Todas as experiências, protagonizadas por governos eminentemente materialistas, no afã de desfazer ou suprimir essa fé, foram malsucedidas. Podemos dar o exemplo do mais feroz combate à fé subjetiva perpetrado pelo Khmer Vermelho no Camboja durante a revolução socialista de 1975. Foi feito um projeto de engenharia social em que a fé deveria ser subtraída do povo de maneira violenta, provocando um genocídio de proporções bárbaras, visto que a população se insurgia contra esse atentado à fé genuína de um povo⁶. Não deu certo.

No caso da fé cristã, esta é uma fé que pertence às religiões literárias, as quais colocam em seus textos (a Bíblia e, em alguns casos, a patrística) aquilo que acreditam ser revelação a qual está geralmente ligada a um personagem que a recebeu e registrou (autores bíblicos e pais da Igreja). Essa fé é sólida e entranhada no tecido social de nosso povo e tem resistido aos mais vis ataques e ao pós-modernismo imperante em nossa sociedade.

5 What Does Atheism Really Mean? (Craig vs Zindler) (em inglês). Estrelando William Lane Craig e Frank Zindler. Debate entre Craig e Frank Zindler. Presente na lista de reprodução “The Definition of Atheism and Burden of Proof” (link). Publicado no YouTube por drcraigvideos em 1 de dezembro de 2010. Visualizado em 3 de julho de 2021.

6 McLellan, Janet. *As Muitas Pétalas da Lótus: Cinco Comunidades Budistas Asiáticas em Toronto* 1ª ed. [S.l.]: Imprensa da Universidade de Toronto, p. 137.

A fé cristã e o materialismo das ideologias políticas

Um dos grandes desafios das teorias políticas tidas como progressistas é vencer a constante tensão e contradição que podem existir entre a fé — a qual, como dito acima, é tanto uma expressão de credo teológico quanto uma confiança e esperança pessoal no divino — e o materialismo, que vê o mundo simplesmente sob uma concepção objetiva e concreta.

De forma geral, há uma ideia no cenário cristão atual que, se você luta por melhores condições sociais em nosso país e no mundo é por que você não crê em uma escatologia em que o Reino de Deus será implantado aqui na terra de maneira sobrenatural e real, conforme está escrito nas Sagradas Escrituras ou por que não tem fé suficiente para orar a fim de que o estado de coisas em nosso país possa mudar.

Alberto Pasqualini, cristão e principal ideólogo do trabalhismo, teve de confrontar e enfrentar essa contradição. Em sua argumentação, ele demonstra a dantesca diferença entre o trabalhismo e o socialismo materialista:

O trabalhismo não é, pois, necessariamente, um movimento socialista. Abstraindo das diferentes concepções socialistas — incompatíveis com os princípios cristãos quando têm caráter materialista — e considerando socialismo simplesmente a socialização dos meios de produção, de circulação e de troca, mediante uma planificação da economia, observamos que o sistema seria inexequível num país como o Brasil.⁷

Nas palavras de Pasqualini, o socialismo, quando assume um caráter estritamente materialista, ou seja, antidemocrático e baseado na força de uma imposição ditatorial de captura de todos os meios de produção e da propriedade privada, é incompatível com a fé cristã, que se baseia em princípios que vão além da maneira materialista de ver a vida. A fé cristã se

7 PASQUALINI, Alberto. Bases e Sugestões para uma política social. Porto Alegre, O Globo, 1948.

baseia na solidariedade, fraternidade e amor, princípios estes extraídos do evangelho e da prática apostólica no novo testamento. Acreditar que, apenas através das ações políticas e governamentais o mundo vai mudar, sem levar em conta a ação voluntariosa daqueles que expressam sua fé em atos objetivos de solidariedade e fraternidade é uma forma desrespeitosa e contraproducente de ideologia política.

A fé cristã e o trabalhismo

Como dito anteriormente, o principal teórico do trabalhismo era um cristão, o sociólogo Alberto Pasqualini. Para ele, “a vida só tem expressão, só tem sentido, só tem beleza, quando guiada por um ideal; ideal de bondade, de justiça, humanidade que nos faça compreender as contingências e as misérias terrenas, nos dê forças e coragem para superá-las e nos aproxime sempre mais da perfeição, que só existe fora dos limites humanos, isto é, na vastidão e na glória de DEUS”.⁸

Esse é o entendimento básico que deve mover nossa fé: ela tem sua expressão prática. A expressão prática da fé é a solidariedade, a fraternidade e o constante desejo, daquele que tem a fé em Cristo, de ver as pessoas ao seu redor felizes. São Tiago deixa isso explicado de maneira clara em sua carta:

Meus irmãos, qual é o proveito, se alguém disser que tem fé, mas não tiver obras? Pode, acaso, semelhante fé salvá-lo? Se um irmão ou uma irmã estiverem carecidos de roupa e necessitados do alimento cotidiano, e qualquer dentre vós lhes disser: Ide em paz, aquecei-vos e fartai-vos, sem, contudo, lhes dar o necessário para o corpo, qual é o proveito disso? Assim, também a fé, se não tiver obras, por si só está morta. (Tiago 2:14-17)

Basílio, um dos pais da Igreja, descreve a situação dos pobres em sua época (séc. IV) como uma vergonha para os cristãos.

8 PASQUALINI, Alberto. Discurso aos economistas. Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 24 de dezembro de 1953.

Ele entendia que sua fé estava arraigadamente ligada à defesa dos pobres e que um verdadeiro cristão não poderia aceitar a exploração e a concentração dessas riquezas, de forma a aumentar a pobreza.

O mar respeita as fronteiras que lhe foram estabelecidas; a noite observa seus limites, mas a pessoa avarenta não respeita nem tempo, nem medida, não observa nenhuma ordem, mas se parece com o fogo que cerca e devora todas as coisas. Vós, porém, se acreditais em mim, escancarai todas as portas dos depósitos, com toda a liberalidade permiti a saída da riqueza. Como um grande rio fecundo, percorrendo a terra por milhares de canais, assim vós, dividindo a fortuna em diversos caminhos para as casas dos pobres.⁹

A fé cristã, portanto, é indissociável da defesa dos mais pobres de nossa sociedade, sejam nossos irmãos de fé, sejam os que Jesus chama de “próximos” (Lucas 10.33-37), e é precisamente nesse ponto que a ideologia trabalhista e a fé cristã prática convergem: a defesa de um estado de bem-estar social. Essa defesa, decorrente de nossa fé cristã, se faz respeitando a fé cristã subjetiva de nosso povo. E isso foi claramente demonstrado, quando o trabalhismo já esteve no poder. Um exemplo que pode ser citado, ocorreu durante a Segunda Grande Guerra, em que o Brasil era governado pelo trabalhista Getúlio Vargas. Em 1944, durante o desfile dos expedicionários que partiam para a Itália, Vargas perguntou ao cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, qual era a sua opinião sobre o desfile. Dom Jaime respondeu que apreciara, mas faltava os capelães para dar assistência espiritual ao soldado no campo de batalha. Vargas se comprometeu a suprir tal deficiência, criando um serviço de assistência religiosa, através do Decreto-Lei nº 5.573/1944. Seguiram, com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália, 30 padres católicos e dois pastores evangélicos.¹⁰

9 HINSON, Glen; SIEPIERSKI, Paulo. Vozes do cristianismo primitivo. Sepal, São Paulo, p. 142, 1994.

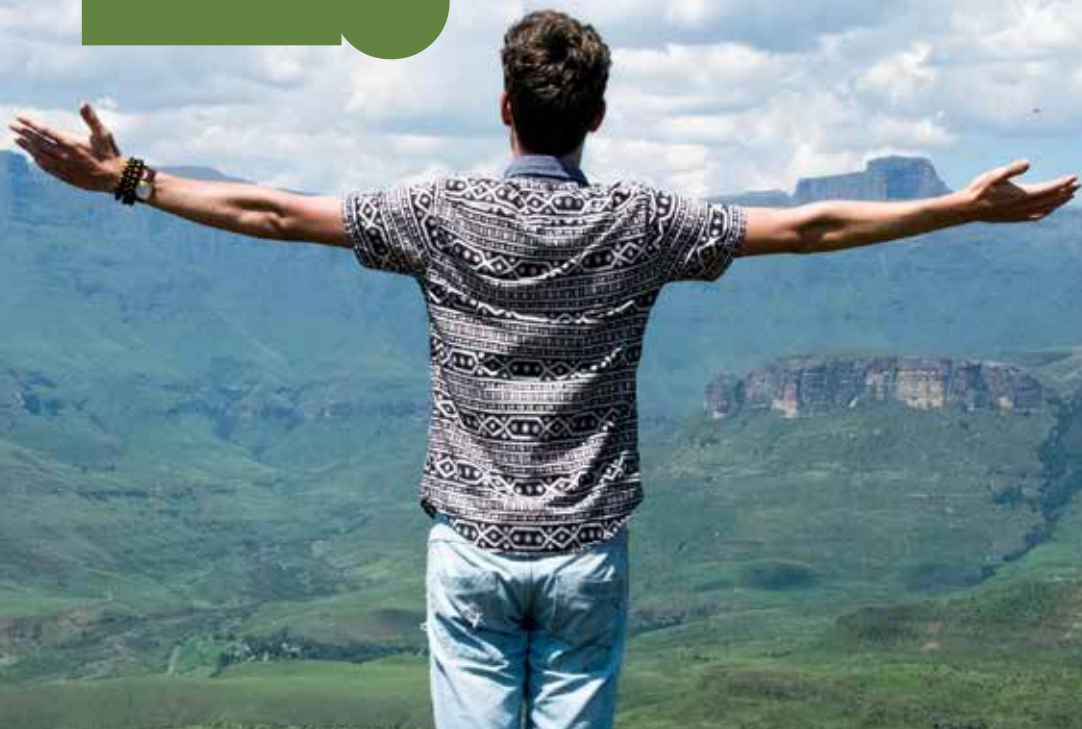
10 ALMEIDA, Marcelo Coelho. A religião na caserna: O papel do capelão militar. São Paulo:

A fé cristã deve ser o pilar que sustenta todas as políticas de saúde universal, educação pública de qualidade, desconcentração de riquezas através de uma política de impostos progressivos, onde os que mais tem paguem mais que os que menos tem. Não existe fé cristã genuína sem a verdadeira e prática compaixão pelos pobres. Tanto a fé subjetiva como a fé objetiva têm de levar em conta que o amor ao próximo, segundo mandamento de Nosso Senhor Jesus Cristo (Marcos 12:33), se expressa em nossa capacidade de ver nosso próximo desfrutando de condições dignas de um ser criado à imagem e semelhança de Deus, como bem definido no manifesto do movimento Cristãos Trabalhistas em seu item 1:

Acreditamos e afirmamos nossa crença em um único Deus, Criador e Senhor do mundo, que fez os homens à Sua imagem e semelhança. Por ser a humanidade a imagem e semelhança desse Criador, entendemos o valor da vida humana, sua dignidade e que todo nosso esforço nesta terra deve ser voltado para a solidariedade, compaixão e fraternidade para com todos os seres humanos, independente de raça, gênero, idade, crença ou opção política.¹¹

Mackenzie, 2006. Disponível em:<http://www.acmed.com.br/acmednew/acervo/tese_cpl_m.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2021.

11 Manifesto Cristãos Trabalhistas. Portal Disparada. Disponível em:<<https://disparada.com.br/manifesto-cristaos-trabalhistas/>>. Acesso em: 26 de julho de 2021.



*E conhecereis a verdade,
e a verdade vos libertará.
— João 8:32*

*Prometendo-lhes liberdade, eles mesmos
são escravos da corrupção, pois o homem
é escravo daquilo que o domina.
— 2 Pedro 2:19*



As liberdades

O tema das liberdades civis — e de sua maior ou menor preponderância na conjuntura do governo das nações — nem sempre ocupou o papel fulcral que exerce na ciência política contemporânea. Apenas a partir do que se convencionou chamar Idade Moderna, os clamores pela liberdade do indivíduo perante o Estado, ouvidos nos séculos anteriores, passaram a encontrar eco e lugar na arte de conduzir a coisa pública.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada pela Assembleia Constituinte da França revolucionária em 1789, assenta, em um documento público, as preocupações que hoje são consideradas essenciais para os regimes, reconhecendo como direitos básicos “a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão”.

Ela não esconde sua inspiração e familiaridade com outro documento produzido anteriormente, ou seja, a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, fruto da Revolução de 1776, conhecido especialmente por um trecho que é uma das frases mais repetidas da língua inglesa, que aqui traduzimos: “Consideramos estas verdades como auto evidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes são vida, liberdade e busca da felicidade”.¹

1 Declaração de Independência dos Estados Unidos. Site da Polícia Militar. Disponível em: <http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpedh/Normas_Direitos_Humanos/DECLARA%C3%87%C3%83O%20DE%20INDEPENDENCIA%20DOS%20EUA%20-04%20de%20julho%20de%201776%20-%20PORTUGU%C3%8AS.pdf> Acesso em: 26 de julho de 2021

É possível dizer, quase sem receio de equívoco, que a primazia da liberdade, como direito essencial da pessoa humana, é uma noção seminal na gênese do estado moderno.

Entretanto, séculos antes, a ciência humana já se ocupava em estabelecer o real conceito de liberdade. A filosofia e a Teologia produziram vasto repertório de análise crítica sobre o tema. De Thomas Hobbes a Montesquieu; de Kierkegaard a Alexis de Tocqueville; de John Locke ao movimento pietista, todos, de algum modo, examinaram de perto a relação entre o direito à liberdade e o direito dos governantes que deveriam ser acatados. E todos eles, sem exceção relevante, beberam das fontes de uma religião que, no dizer de John Habermas, “é pertencente à genealogia dos Direitos Humanos” — o Cristianismo.²

Devemos à Reforma Protestante, segundo o contratualista britânico John Rawls, o nascimento do conceito de “pluralidade” na civilização ocidental, e foi justamente nos escritos de Martinho Lutero que surgiu uma das mais profundas reflexões sobre a liberdade civil e os deveres do cristão diante do Estado. Trata-se da obra: *Da Liberdade Cristã*, de 1520, onde, em estilo vigoroso e breve, Lutero disserta sobre em que medida o cristão deve relacionar-se livremente com as pessoas, com Deus e com a nação. A síntese de seu pensamento está inscrita no axioma: “Um cristão é um senhor de tudo perfeitamente livre e sujeito a ninguém. Um cristão é um servo de todos perfeitamente obediente e sujeito a todos”.³

Cabe frisar que, pelo fato de o tema da Liberdade ter sido especialmente tratado na teologia da reforma protestante, não significa ausência ou pouca relevância da temática na rica produção teológica dos séculos anteriores.

No respeitado documento “*Libertatis Conscientia*”, produzido pelo Papa Emérito Bento XVII, quando ainda era Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o grande

2 HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph; SCHÜLLER, Florian (2007). *Dialética da Secularização - Sobre Razão e Religião*. [S.l.]: Ideias & Letras. 107 páginas.

3 LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão*, 1520. Tradução

teólogo e pontífice, fazendo uma breve síntese da robusta tradição teológica dos pais e doutores da Igreja, ressalta que a liberdade e a dignidade do homem estão intrinsecamente ligadas à sua relação com a verdade, ou seja, a Pessoa de Jesus Cristo (João 8:32). “A tradição cristã, nos padres e doutores da Igreja, explicita essa doutrina, onde o pecado é o desprezo a Deus (*contemptus Dei*) [...] Pecando, o homem tenta libertar-se de Deus, e na verdade, torna-se escravo”.⁴

Nas Sagradas Escrituras, o ser humano é descrito como criado “à imagem e semelhança de Deus” e, portanto, dotado de dignidade natural e intrínseca. Desta paternidade espiritual nascem seu senso moral e sua liberdade, entendida no contexto escriturístico como liberdade do mal pela obediência aos preceitos de Deus.

Numa época em que os deuses das tribos estabeleciam meras relações de troca de favores com seus crentes, o Antigo Testamento e a Lei Mosaica propõem uma relação de Jeová com seus filhos baseada em um *ethos* moral. É a gênese do que, séculos depois, seria chamado de Era Axial, por formuladores como Karl Jaspers e Karen Armstrong.

Entretanto, na sua longa caminhada histórica, é forçoso reconhecer que cristandade e liberdade, apesar da rima poética, nem sempre foram sinônimos. São ultraconhecidas em nossa história as experiências em que a igreja, nos seus ramos católico e protestante, associando-se ao poder dominante de uma época, legitimaram a brutalidade do Estado contra oprimidos distintos: os judeus da Alemanha hitlerista, os bósnios muçulmanos de Sarajevo e Srebrenica, os negros do apartheid sul-africano, e mais recentemente, os palestinos da Nakhba, vergonhosamente ignorados por organizações cristãs conservadoras.

Nós, cristãos trabalhistas, somos herdeiros dessa história cheia de contradições. E por nos identificarmos com o

4 BENTO XVI. Carta encíclica “*Libertatis Conscientia*”: sobre a Liberdade Cristã e a Libertação. Portal da Cidade-Estado do Vaticano. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html. Acesso em 27 julho 2021.

ideário trabalhista e a fé cristã, entendemos que a liberdade é parte inegociável da dignidade do ser humano, que não é obrigado, nem mesmo pelo próprio Deus, a seguir seus preceitos. O próprio Cristo encoraja a adesão voluntária por meio da própria consciência, e por isso repudiamos o autoritarismo como ferramenta de governo utilizada para oprimir pessoas ou povos.

Afirmar essa verdade se recobre de relevância fundamental, especialmente nesse contexto histórico em que parcela do cristianismo à brasileira, mormente os setores do ultraconservadorismo evangélico e católico, associam sua mensagem à defesa intransigente de pautas contrárias ao Evangelho, como incentivo ao armamento da população, a pena capital e sumária para marginais, o individualismo e a xenofobia como sendo uma espécie de patriotismo. A reafirmação desse conceito nos leva também a defender, como parte fundamental da nossa fé e das nossas convicções mais profundas, o devido processo legal com amplo direito à defesa para todo e qualquer cidadão, recusando-se a condescender com atropelos à ordem legal para cruzadas moralistas e anticorrupção, as quais, como bem demonstra a história brasileira, têm sido utilizadas exclusivamente para escaladas autoritárias de ativismo judicial.

Sendo o trabalhismo uma doutrina social democrata de inequívoca inspiração cristã e de modo coerente com nossa visão de fé, entendemos a liberdade do indivíduo como um direito sujeito ao bem comum. Ou seja, o indivíduo não está acima da coletividade. Logo, cabe sim ao Estado adotar medidas eventualmente restritivas para a proteção do bem-estar coletivo, como, por exemplo, as medidas de distanciamento social adotadas por estados e municípios no contexto do enfrentamento à emergência de saúde pública da Covid-19.

Liberdade, na fé cristã, é um bem destinado pelo conhecimento da verdade.

Liberdade, no trabalhismo, é o fruto de uma política emancipadora dos trabalhadores pela educação e pelo crescimento econômico.

No trabalhismo cristão, liberdade e justiça caminham de mãos dadas.

5



*Então você entenderá o que é justo,
direito e certo, e aprenderá os caminhos do bem.*

*Pois a sabedoria entrará em seu coração, e o
conhecimento será agradável à sua alma. O bom
senso o guardará, e o discernimento o protegerá.*

— Provérbios 2:9-11

Os princípios e valores (ética e moral)

Quando se trata da presença dos princípios e valores da ética cristã na vida pública, o repertório mais repercutido pela grande mídia — e até pela intelectualidade acadêmica — é o estereótipo do conservadorismo, com ênfase na defesa da família tradicional, nos moldes da influência importada do movimento neoconservador do pentecostalismo norte-americano, impulsionado pela pregação política de televangelistas como Jerry Falwell, Jimmy Swaggart e Pat Robertson nos anos 80, com influências evidentes no neopentecostalismo à brasileira dos anos 90 e 2000.

Entretanto, embora hoje essa seja a metafísica dominante da presença de grupos autodeclarados cristãos na política — inclusive no seio católico-romano, influenciados pelo pensamento de prelados como o Cardeal Robert Sarah, Cardeal Raymond Burke e o ideólogo brasileiro Olavo de Carvalho — é forçoso dizer que essa não constitui a síntese do pensamento e dos princípios cristãos para a esfera pública, e nem mesmo do universo cristão brasileiro ao longo de sua história. Antes, e ao contrário, a defesa de princípios e valores cristãos já teve uma ênfase na defesa do valor intrínseco de toda vida humana e na Justiça Social.

Um cristão trabalhista, portanto, não precisa se sentir heterodoxo em relação à sua fé e doutrina, apesar dos protestos daqueles que ensinam que, para ser cristão verdadeiro, é preciso professar valores associados ao individualismo capitalista, armamentista e de direita — coisa absolutamente exógena no contexto da história católica e evangélica no Brasil.

Bem ao contrário disso, ele pode perfeitamente recorrer a um importante legado teológico, histórico e

ético para professar, com total segurança, sua Fé em Cristo e sua convicção política no Trabalhismo.

Para não ser prolongado em tema que não pode ser esgotado nem mesmo em um Tratado de Teologia Sistemática, basta referir alguns princípios basilares e fundamentais para a presença do Cristão Trabalhista na vida pública, e de que forma tais princípios se diferenciam da hermenêutica do cristão conservador, e mais ainda, do abertamente reacionário.

A Defesa da Vida

Para um cristão conservador, o ponto crucial dos Movimentos Pró-Vida destaca especificamente a defesa da sacralidade da vida desde sua concepção, o que é marcado pela militância contra o aborto e medidas contraceptivas. Um cristão trabalhista, necessariamente, precisará ir além desse ponto, e defender a dignidade da vida humana — que não pode coexistir com a desigualdade e a coisificação do ser.

A Defesa da Família

Para um cristão trabalhista, a defesa da família jamais há de se esgotar em defender um padrão específico de família — ainda que não se afaste do parâmetro que a Bíblia e a doutrina apontam com relação a esse tema.

Defender a família implica em defender os supridores do lar — o pai e a mãe trabalhadora, para que tenham não somente um ganho justo, mas um trabalho digno. E isso implica em lutar contra a precarização do trabalho — disfarçada de empreendedorismo — que obriga milhares de pais e mães brasileiros a afastarem-se do convívio familiar por mais tempo do que o aceitável para garantir a sobrevivência.

Portanto, para um cristão trabalhista, defender a família sempre será a defesa do que foi dito pelo apóstolo Paulo em 1^ª Timóteo 5:18: “O trabalhador é digno do seu salário”, ecoado pelo pensamento transformador do Papa Leão XIII na

encíclica papal *Rerum Novarum*: “Da mesma forma que o efeito segue a causa, assim é justo que o fruto do trabalho pertença ao trabalhador”.

A Integridade

Outros segmentos do pensamento progressista podem até dar peso relativo ao valor da moralidade na política e na gestão da coisa pública, como herdeiros tanto da noção de Maquiavel sobre os fins que justificam os meios, quanto da desconfiança histórica do socialismo leninista sobre o que chamava “moralidade burguesa”.

Entretanto, para um cristão, a correção e a austeridade sempre deverão ser princípios inegociáveis, não somente nos aspectos da vida privada, mas, especialmente, na esfera administrativa. E, nesse sentido, a costumeira relação de promiscuidade entre bancadas “cristãs” de parlamentares com governos, em busca de benesses e emendas, em vez de unidade em prol de um projeto de país, devem sempre ser rechaçadas, para que se persevere na ordenança paulina: “Tenhamos o cuidado de fazer o que é correto, não apenas aos olhos do Senhor, mas também aos olhos dos homens” (II Coríntios 8:21).

A Separação entre Igreja e Estado

Por mais que a representação conservadora no espaço político busque cada vez mais se afirmar pela introdução de sua hermenêutica como política de Estado, é preciso afirmar, como princípio de fé e de práxis, a separação entre os temas do Estado e da Igreja. É o princípio ensinado pelo próprio Senhor Jesus Cristo, ao declarar que seja dado, de forma distinta, “a César o que é de César (o Estado), e a Deus o que é de Deus (a Igreja)”.

A dimensão ética primordial é a regra de ouro de Cristo Jesus, expressa em Mateus 22:39: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”, o que preconiza a todo e qualquer ser humano a garantia dos mesmos direitos que para nós queremos: igualdade, alimentação digna, trabalho honesto e paz social.

6.

*Aplica o coração ao ensino e os
ouvidos às palavras do conhecimento.
— Provérbios 23:12*

A educação

A educação é tema de importância central tanto para os cristãos quanto para os trabalhistas.

Deus, desde o Antigo Testamento, insiste na necessidade da educação. O próprio Deus ensinou ao seu povo os seus mandamentos, os seus estatutos e os seus juízos, que deveriam ser guardados por todos; os pais deveriam ensinar os filhos a cumprirem estes mandamentos, estatutos e juízos (Deuteronômio 6:1-9).

Somos seguidores do maior Mestre de todos os tempos. Jesus ensinava os seus discípulos, ensinava as pessoas, e até mesmo debatia sobre a natureza do seu ensino com aqueles que se lhe opunham.

A educação é uma das preocupações centrais da Igreja desde o seu começo, guardadas as devidas proporções. Os apóstolos se preocupavam em como ensinar o Caminho para as pessoas. Dessa preocupação nasceu a tradição cristã, nasceu a Bíblia, nasceu toda a produção dos Pais Apostólicos, os Pais da Igreja, os doutores da igreja. Desta preocupação nasceram as primeiras universidades na Europa.

Nos séculos XVI e XVII os reformadores da igreja também se preocuparam com a educação, não apenas a educação cristã, mas a educação civil. Martinho Lutero foi um dos primeiros a escrever para as autoridades, admoestando-as para investirem na educação de todo o povo.

Os primeiros missionários que vieram para o Brasil, desde o descobrimento, também se preocuparam com a educação. Em termos de América, é importante dizer que foram os debates em torno da educação que afirmaram a humanidade dos povos originários da América, com o frei Bartolomeu de Las Casas.

Podemos resumir que a preocupação dos cristãos com a educação não se restringe apenas às coisas espirituais, ou seja: à teologia e ao ensino bíblico, mas, também, à todas as ciências e artes úteis para o aperfeiçoamento humano e o desenvolvimento do mundo.

Os trabalhistas brasileiros também sempre tiveram a educação no cerne das suas preocupações quanto aos problemas brasileiros.

Desde a independência do Brasil, existem diferentes propostas de educação nacional, isto é, a educação como parte de um projeto de nação, de civilização. Entretanto, é a partir do século XX, após a proclamação da república, que as propostas de uma educação pública, gratuita e de qualidade, voltada para todas as pessoas, ganham corpo.

Getúlio Vargas, sensível a todas essas preocupações e ciente de todos esses debates, em seu primeiro governo criou o Ministério da Educação e Saúde, como parte fundamental do seu projeto de Brasil. O MES, sob o comando de Gustavo Capanema, reuniu diferentes intelectuais brasileiros, com as suas diferentes propostas e ideologias — e, alguns casos, até mesmo antagônicas — justamente para atender a um único propósito: o ideário nacional.

Alberto Pasqualini, o grande compilador do ideário trabalhista brasileiro, tinha em alta conta a educação e a sua importância para a organização social do mundo, da sociedade brasileira, voltada para o corpo e a mente do cidadão, do trabalhador. Uma educação preocupada em inculcar hábitos de trabalho metódico, de economia e capacidade de auto direção, a instigar a reflexão crítica, compreensão, o sentir, o pensar e o agir, alicerçados sobre a liberdade de pensamento e de sua expressão — “Onde essa liberdade não existe, jamais poderá haver consciências; haverá, sim, almas deformadas como as plantas que rastejam esmagadas sob o peso dos rochedos”, como já dizia Alberto Pasqualini em 1944, em *A organização social do mundo* (Discurso pronunciado como paraninfo

dos bacharéis de economia e finanças e publicado no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre em 29/12/1944).

Podemos observar este legado na teoria e na prática de trabalhistas brasileiros desde aquele tempo. Foi no governo de Leonel Brizola, como governador do Rio Grande do Sul, que se construiu o maior número de escolas naquele estado, um número que se notabilizou como recorde mundial ainda hoje não superado¹. Quando foi governador do Rio de Janeiro, na década de 1980, Brizola repetiu essa receita com os CIEPS. O governo João Goulart contou com dois grandes educadores brasileiros, Paulo Freire e Darcy Ribeiro. É nítida a atualidade das ideias e das propostas destes dois educadores, cuja obra é valorizada por grandes universidades de todas as partes do mundo.

Os Cristãos Trabalhistas subscrevem a necessidade de se pensar a educação atrelada a um projeto nacional de desenvolvimento. E mais: tratam a educação como elemento fundamental deste projeto. Entendem que a educação é fundamental para a emancipação nacional, para qualificação da mão de obra, para a diminuição das desigualdades. Defendem uma educação voltada para o desenvolvimento da ciência, da indústria, da cultura, da arte; para a afirmação da identidade nacional e, ao mesmo tempo, para desenvolvimento do pensamento crítico, a fim de que todos sejam capazes de realizar o que o apóstolo Paulo recomendava: “examinem todas as coisas, retenham o que é bom”. (I Tessalonicenses 5:21)

Em suma: “Nossa independência e sustentação de um projeto nacional ao longo do tempo dependem de um povo que compreenda a sua história, seu lugar e seu papel no mundo” (Ciro Gomes, *Projeto Nacional: o dever da esperança*, 2020, p. 159).

1 Como Governador do Rio Grande do Sul, Brizola construiu 6.311 escolas (5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios). Quando governou o Rio de Janeiro, construiu cerca de 500 CIEPS — escolas de período integral, com quadras, piscinas, bibliotecas, refeições completas e atividades desportivas.

7.

*Dai, pois, a César o que é de César,
e a Deus o que é de Deus.
— Lucas 20:25*

A cidadania

“Estamos no mundo, mas dele não somos” (*Hinário Luterano*, 389), diz um conhecido hino cristão, que também pode ser entendido desta maneira: “Não somos do mundo, mas nele estamos”. O cristão, embora tenha a sua cidadania no céu (Filipenses 3:20), tem responsabilidades para com a pátria em que ele vive, de acordo com as orientações bíblicas.

Os cristãos devem obedecer e respeitar as autoridades (Romanos 13:1-7), mas esta não deve ser uma obediência cega (Atos 4:19,20). Entretanto, a relação entre a fé cristã/Igreja(s) e a política/Estado é complexa, multifacetada, diversa, e nem sempre fora harmoniosa. Não raras vezes resultou em relações de poder que não foram benéficas nem para a Igreja, nem para as pessoas de modo geral. Historicamente, o cristianismo conviveu com diferentes realidades políticas: o Império Romano, reinos, repúblicas, sultanatos, califados, canatos; estados confessionais, estados laicos e estados ateus; democracias e ditaduras etc. O cristianismo esteve presente em diferentes realidades sociais e culturais no Oriente Médio, Europa, África, Ásia, América e Oceania, ao longo de 2000 anos.

O cristianismo chegou no Brasil há 520 anos, no bojo dos colonizadores europeus: católicos portugueses e espanhóis, protestantes holandeses, franceses, ingleses e de outras nações. Os jesuítas tiveram um papel importantíssimo na colonização das Américas e na evangelização dos povos, bem como outros grupos católicos. Missionários reformados também fizeram história nestas terras, nos séculos XVI a XVIII. A partir do século XIX e XX, com a chegada de imigrantes de outras nações europeias,

chegaram também uma diversidade de confissões religiosas: ortodoxos, luteranos, calvinistas, batistas, pentecostais, adventistas, e outros, além de que o Brasil recebeu um número expressivo de missionários vindos dos Estados Unidos e outras partes do mundo.

Os valores cristãos são perfeitamente compatíveis com o republicanismo e a democracia — especialmente a justiça, a liberdade, a igualdade, a solidariedade. Estes valores vão ao encontro de um projeto nacional de desenvolvimento, na luta pelo bem-estar social, visando a garantir uma vida digna para todos os brasileiros. Neste sentido, acreditamos que o papel das igrejas e dos líderes cristãos é de se colocar ao lado da população, especialmente dos mais pobres, dos vulneráveis, dos oprimidos e perseguidos, em defesa dos seus direitos, na defesa dos interesses de todos.

Repudiamos a forma como estes valores têm sido sequestrados pela extrema-direita como uma disputa ideológica identitária e, de forma muito danosa, promovendo discursos de ódio, polarizações, ataques, ressentimentos — ou seja, tudo, menos o que Nosso Senhor Jesus Cristo ensinou: “Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância”. (João 10:10)

Acreditamos no Estado laico, no sentido que o papel do Estado é defender a Lei e a justiça, e não a fé cristã — isto é papel das igrejas. Outrossim, não é papel do Estado promover esta ou aquela religião, mas defender a liberdade de culto como um direito humano inalienável.

O Poder do Estado não deve ser usado, jamais, para promover violência, ataques, ou discriminação a uma crença religiosa ou não crença; tampouco deve ser utilizado para impor qualquer crença aos cidadãos. O contrário, idem: o púlpito não é palanque; repudiamos a prática do “voto de cajado” e similares.

Acreditamos que é papel das igrejas e dos líderes cristãos somarem na luta pelo acesso à terra, à água, alimentação, educação, saúde, trabalho digno com remuneração adequada, saneamento, segurança, transporte, e tudo mais que proporcione vida digna e confortável para todos os brasileiros. Entretanto, este papel deve ser desempenhado como exercício de cidadania. Repudiamos quaisquer práticas paternalistas e clientelistas que alienem os brasileiros daquilo que lhe é de direito.

8

adobe | daniel reche



*Por isso a lei se enfraquece e a justiça nunca
prevalece. Os ímpios prejudicam os justos,
e assim a justiça é pervertida.
— Habacuque 1:4*

O Estado Democrático de Direito

Como cristãos trabalhistas, compreendemos a importância do estado democrático de direito, com os preceitos fundamentais de nossa Constituição cidadã, não apenas como uma carta política, mas como garantidora de direitos e garantias fundamentais sejam eles individuais, coletivos ou metaindividuais.

Não defendemos o estado absolutista, teocrático, ateu, liberal ou socialista. Tampouco esperamos em Cristo algum poder político, como os judeus pensavam. Jesus fazia distinção clara entre a vida eclesíastica e a vida civil. Ele foi categórico ao afirmar que é dever dar a César o que é de César.

Jesus rejeita o poder opressivo e despótico dos grandes sobre nações (cf. Marcos 10: 42). Ele afirma que se deve dar a Deus o que é de Deus, condenando implicitamente toda tentativa de divinizar e de absolutizar o poder temporal.

Somente Deus pode exigir tudo do homem. Ao mesmo tempo, o poder temporal tem o direito àquilo que lhe é devido: Jesus não considera injusto o tributo a César.

(Compêndio da Doutrina Social da Igreja nº 379).

É importante ressaltar que no Novo Testamento não temos a conceituação moderna de Estado como é dita pelo Direito e pela ciência política. Muito embora o helenismo e o paganismo tenham as “polis”, o que se considera como estado, normas, constituições ou códigos, o mesmo é descrito como “autoridade”, à luz de Romanos 13:1: “Todos devem sujeitar-se às autoridades governamentais, pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas”.

Compreendemos, a partir disso, que todos os seres humanos, independentemente de serem cristãos ou não, devem ser iguais e livres em seus direitos, pois, conforme Gênesis 1:27, foram criados à imagem e semelhança de Deus: “E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou”.

Por sua vez, o art. 1º, III, da Constituição Federal prescreve:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos²:
III - a dignidade da pessoa humana.

1 BONHOEFFER, Dietrich. Ética. 10. Ed. p.211 e ss. Editora Sinodal. São Leopoldo. 2009

2 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Extraído do site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 28 set de 2021.

Por fim, o art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, referenda tais princípios, quando diz:

*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade*³.

Assim, diante de um país que, ao mesmo tempo é plural e multicultural; é dividido, polarizado e desigual, devemos, enquanto cristãos e trabalhistas, ser sal e luz, agir com moderação e sendo embaixadores de Cristo aqui em nosso Brasil.

³ Assembleia Geral da ONU. “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. “Nações Unidas”, 217 (III) A, 1948, Paris, art. 1, <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/> Acesso em 28 set de 2021.

9.



*Quando os justos governam, o povo se alegra;
quando os perversos estão no poder, o povo geme.
— Provérbios 29:2*

A política

Apesar de toda a carga de tensões presente nas discussões, confrontos ou atuações políticas, pode-se dizer que sua natureza é nobre. Especialmente quando ela é vista como instrumento capaz de viabilizar o fazer público, respeitando-se determinadas regras ou leis que exigem a utilização dos meios e recursos colocados à disposição dos gestores públicos, para atender às inúmeras demandas e necessidades dos governados. Corroborando com esta definição, o termo grego do qual a palavra política é derivada: *polis* — que significa literalmente: “cidade”. Pode-se dizer, a partir de tais considerações, que política é a arte de fazer uma cidade funcionar bem.

Isto significa que, por ser um instrumento por meio do qual se realiza a gestão pública, ela pode ser bem ou mal utilizada. Logo, não seria teologicamente correto ver a política como a encarnação do mal ou do bem em si. Sua qualidade deve ser percebida com base nos propósitos ou modos como ela é executada.

Um singelo exemplo disto é o que ocorre com a faca de cozinha: na mão da dona de casa ou do açougueiro é uma ferramenta indispensável, mas na mão de uma criança ou de um bandido, transforma-se em arma perigosíssima. Assim é a política: em boas mãos é uma bênção, mas nas mãos erradas, é uma tragédia.

Qualquer tentativa de demonização ou de sacralização da política (ou de qualquer político, por pior ou melhor que seja) vai se contrapor à máxima deixada pelo próprio Cristo quando diz: “O meu reino não é deste mundo; se o meu reino fosse deste mundo, peleariam os meus servos, para que eu não fosse entregue aos judeus; mas agora o meu reino não é daqui”. (João 18:36)

Usar a fé cristã como muleta para justificar certas preferências partidárias ou ideológicas, é uma atitude, no mínimo, equivocada. Nossa condição de cristão não nos

autoriza a querer impor aos demais cidadãos, de forma abusiva ou coercitiva, nossas doutrinas e opiniões sob o pretexto de estarmos implantando o reino de Deus no mundo.

John Stott resume muito bem esse aspecto quando escreve:

Temos de levar mais a sério o intento de Cristo de que a comunidade cristã devia ser exemplo para outras comunidades. [...] A Igreja deve ser a comunidade no mundo na qual a dignidade e igualdade humanas são invariavelmente reconhecidas, e a responsabilidade das pessoas umas pelas outras é aceita; na qual os direitos dos outros são buscados e nunca violados, enquanto que os nossos são muitas vezes renunciados; na qual não há parcialidades, favoritismo ou discriminação; na qual os pobres e fracos são defendidos, e os seres humanos são livres para serem humanos como Deus os fez e os designou a ser.¹

Fazer política é pecado?

Como já demonstrado anteriormente, a política, por si só, não é boa nem ruim. É apenas um instrumento de organização e de gestão da sociedade. No entanto, ela pode ser bem ou mal utilizada, dependendo das motivações daqueles que a exercem. Por isso, é muito importante que o cristão não se omita, mas torne-se protagonista de boas práticas políticas, fazendo as melhores escolhas para colher os melhores resultados. Quando as pessoas de bem se omitem, os oportunistas acabam ocupando o seu lugar, como bem frisou Martin Luther King: “O que mais preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons”.

E a questão partidária?

T tecnicamente falando, os partidos são o ajuntamento de pessoas que compartilham ideias, valores, propósitos ou crenças comuns.

¹ John R. W. Stott, *Decisive Issues Facing Christians Today*, 2ª edição (Taarrytown, Nova York: Fleming H. Rivell, 1990), 161. In: Michel, Palmer, *Panorama do Pensamento Cristão*, 1ª edição, CPAD, Rio, 2001, 451.

São esses ideais que compõem a linha ideológica e programática de cada partido. Portanto, caberá ao eleitor, além de avaliar o programa e as propostas do partido, observar se os filiados são leais aos compromissos históricos assumidos.

No Brasil, é muito comum os partidos sofrerem deformações ao longo do tempo que acabam descaracterizando seus objetivos iniciais. Quando isso ocorre, não é justo punir os inocentes junto com os pecadores. Não é correto deixar de eleger um bom candidato só por causa da sigla partidária. É preciso saber separar bem o joio do trigo e dar o devido crédito a quem, até mesmo no ambiente interno, luta para assegurar que valores e princípios de grande relevância para toda a sociedade jamais sejam esquecidos ou subestimados.

Deve-se deixar bem claro, no entanto, que votar não é um ato religioso, mas a livre manifestação de uma vontade política, visando à escolha dos melhores nomes para representar os cidadãos nas diversas esferas de poder.

Não se pode ignorar, no entanto, que o voto não deixa de ser um instrumento de reafirmação dos valores cristãos que devem orientar as políticas públicas a serem implementadas em benefício da população, especialmente das camadas mais necessitadas. Portanto, o exercício do voto não é apenas uma questão de escolher alguém que seja um irmão ou irmã de fé ou que recite versículos bíblicos como forma de se mostrar “amigo do evangelho” ou pretense conhecedor da Bíblia. Muito mais do que isto, é preciso levar em conta a qualificação e conduta ilibada para o bom exercício da função política. A máxima “irmão vota em irmão” tão comumente alardeada nos anos 80, deve ser substituída pelo princípio: **eleitor consciente, vota em candidato coerente.**

Conclui-se, desse modo, que não é a política que faz o candidato virar bandido ou ladrão. É o voto irresponsável que faz o bandido ou ladrão virar político. Ou, como disse um respeitável homem público da velha guarda: “Não concordo com a afirmação de que a ocasião faz o ladrão. Na verdade, a ocasião faz o furto. O ladrão já está lá”.

10.

*Pois comerás do trabalho das tuas
mãos; feliz serás, e te irá bem.
— Salmo 128:2*

O trabalho

Como cumpridores da Palavra de Deus, as Sagradas Escrituras, e defensores do pensamento trabalhista, compreendemos que o trabalho para o homem é primordial e essencial à sua vida.

Enquanto membros deste movimento — herdeiro do pensamento castilista e getulista — defendemos, com fundamento nas normas trabalhistas, a proteção ao trabalhador, bem como a defesa de seus direitos previdenciários decorrentes de seu arduo trabalho.

Decerto que a influência Cristã, estampada no nosso pensamento trabalhista e em nosso movimento, surge bem antes da sistematização da legislação trabalhista e previdenciária, posto que a Doutrina Social da Igreja dedica uma abordagem ao direito ao trabalho, assim como aos demais direitos decorrentes dele, como ensina o Compêndio da Doutrina Social da Igreja (DSI) no nº 287:

O trabalho é um direito fundamental e é um bem para o homem: um bem útil, digno dele porque apto a exprimir e a crescer a dignidade humana. A Igreja ensina o valor do trabalho não só porque este é sempre pessoal, mas também pelo caráter de necessidade. O trabalho é necessário para formar e manter uma família, para ter direito à propriedade, para contribuir para o bem comum da família humana. A consideração das implicações morais que a questão do trabalho comporta na vida social induz a Igreja a qualificar o desemprego como uma verdadeira calamidade social, sobretudo em relação às jovens gerações.

No início da criação do homem, no livro de Gênesis, Deus o dotou de força e sabedoria ao trabalho (Gênesis 1:26), o que se reafirma mesmo após a sua queda (3:17). Deus, também, concedeu ao homem um dia de descanso como Direito, por meio do quarto mandamento (Êxodo 20:9 e 34:21; Deuteronômio 5:13).

Há, também, por parte do Senhor, a preocupação com a proteção e a luta por justiça social para o trabalhador vulnerável, ante às opressões (Deuteronômio 27:19, Isaías 10:2; Salmos 107:41); bem como a busca pela justiça (Provérbios:31:9-9, Mateus 5:6); a oposição a qualquer discriminação a trabalhadores, seja por cor, raça, nacionalidade gênero, deficiência, orientação sexual etc. (Gálatas 3:28); o direito à remuneração (I Timóteo 5:18; Lucas 10:7; Mateus 10:10 e Jeremias 22:13) e os deveres dos empregados e empregadores (Colossenses 3:22 e 4:1 e Efésios 6:5-9).

1 PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. Compêndio da Doutrina Social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2005. Extraído do site: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html#Jesus%20e%20a%20autoridade%20pol%C3%AADrica Acesso em 28 set de 2021.

11.

*Ai daquele que edifica a sua casa com injustica,
e os seus aposentos sem direito, que se serve
do servico do seu proximo sem remunerá-lo,
e não lhe dá o salário do seu trabalho.
— Jeremias 22:13*

A justiça social

“Numa sociedade organizada de acordo com os princípios da justiça social, o acesso ao poder aquisitivo não deveria ser possível sem a realização de um trabalho socialmente útil”. Alberto Pasqualini, ao detalhar os princípios fundamentais da doutrina no jornal Diário de Notícias, de Porto Alegre (RS), em 28 de fevereiro de 1950.

Nós nos envolvemos na justiça social cada vez que buscamos a reforma moral de nossa sociedade de maneira a garantir que todas as pessoas sejam tratadas com dignidade e recebam aquilo que lhes é devido. Como disse, o cristão protestante metodista, Mark Tooley:

Cristãos e igrejas definitivamente devem defender a justiça social no sentido de que uma sociedade cada vez mais pecaminosa necessita de constante reforma moral. O principal instrumento da igreja nesta defesa é o próprio Evangelho. A humanidade redimida é mais propensa a se importar com a justiça do que a humanidade não regenerada. Mas até os redimidos necessitam de uma estrutura ética para a renovação social. E mesmo os não resgatados podem ser recrutados para boas causas com apelos à consciência, à lei natural e ao interesse próprio [. . .]¹

Um testemunho político cristão válido pela justiça social, começa com a premissa de que todas as pessoas são criadas à imagem de Deus. Também reconhece que o Estado não é a igreja, mas tem uma vocação muito diferente, tendo sido divinamente

1 <https://juicyecumenism.com/2014/08/01/unveiling-irds-symposium-on-social-justice/>

ordenado principalmente para manter a ordem e restringir os ímpios.

A busca por justiça social não deve considerar que qualquer melhoria social requer alguma legislação, regulamentação ou outras ações estatais coercitivas.

Em vez disso, a justiça social cristã entende que a maioria da sociedade não é o Estado e inclui uma ampla variedade de agentes importantes, incluindo a família, a igreja, outras religiões, empresas, filantropia e instituições de caridade, associações comerciais, grupos cívicos e outros agrupamentos humanos os quais, em princípio, contribuem para a ordem e felicidade humanas.

A justiça social procura especialmente proteger os vulneráveis, incluindo os muito jovens, os muito idosos, os nascituros, os doentes terminais, os deficientes, os pobres e os impopulares.

A justiça social também busca energizar os capazes e os poderosos em direção à virtude, à parcimônia e à produtividade. Não deve procurar derrubar, mas erigir.

A justiça social deve também salvaguardar as liberdades essenciais baseadas na dignidade humana e no caráter de Deus, tal como a liberdade de expressão, a liberdade de religião e a proteção da propriedade”. (CARTER, Joe TGC: **Coalizão pelo Evangelho - O que os Cristãos Devem Saber Sobre Justiça Social**, 29 de janeiro de 2019)

Justiça Social e o Trabalho na visão de Alberto Pasqualini

Para Pasqualini, os trabalhistas ingleses constituem uma referência particularmente relevante por sua eficiente estrutura partidária e sua força eleitoral, bem como pela defesa programática de uma nacionalização e socialização de setores estratégicos da economia por vias pacíficas, democráticas e constitucionais (BODEA, Miguel **Trabalhismo e Populismo**, 1992, p. 155).

Neste sentido, a preocupação fundamental no pensamento deste intelectual trabalhista residia na adoção de uma organização política e econômica voltada para a promoção da justiça social, sem, contudo, romper com a ordem capitalista.

De acordo com Pasqualini, o princípio de justiça social corresponderia ao objetivo de pleno atendimento das necessidades fundamentais e das condições dignas de bem-estar social. Esta justiça social seria proporcionada por meio de um novo arranjo da economia capitalista, a qual deveria ser pautada por uma partilha mais equânime dos benefícios e por uma valorização do trabalho.

A justiça social exige que, a cada criatura humana, seja assegurada a possibilidade de um mínimo de conforto e bem-estar, isto é, de participar dos benefícios da civilização e da cultura. Esse deve ser o objetivo de toda organização social. Para isso, porém, não basta enunciar o princípio teórico da igualdade de oportunidade, mas é necessário dar-lhe um sentido concreto e prático, isto é, cumpre que o Estado ponha a oportunidade ao alcance de todos, a fim de que cada um possa aproveitá-la de acordo com as suas necessidades, as suas tendências e as suas aptidões (PASQUALINI, Alberto. **Capitalismo solidário e justiça social no trabalhismo**, 1948, p. 05)

Na concepção de Pasqualini, o princípio de inspiração liberal, cristalizado na Constituição Federal de 1946, que sustenta a “igualdade de oportunidade” encontraria um ambiente muito diverso no Brasil, contribuindo, inversamente, para a acentuação das desigualdades. Assim, um modelo de desenvolvimento econômico concentrador, benéfico aos poucos que detêm os meios de produção e o acesso a crédito, teria efeitos deletérios sobre a harmonia social, particularmente no que tange ao trabalhador sem recursos e sem bens. Portanto, este princípio constitucional desvirtuado e uma série de outras características individualistas do capitalismo seriam as principais razões para que a ordem social brasileira não fosse estruturada em conformidade com os princípios da justiça social.

Todavia, Pasqualini afasta sua proposta trabalhista de qualquer discurso anti-sistêmico, esclarecendo que um regime socialista não constituiria solução para os males decorrentes do capitalismo individualista:

*Creio que a melhor forma de realizar a justiça social será ainda empregando os métodos da liberdade e não os processos da violência e da coação. Nenhuma transformação ou organização social estável será possível, se, ao mesmo tempo, não se reformar o caráter e não se aperfeiçoarem os sentimentos dos homens.*²

Complementando, Pasqualini enfatiza o sentido reformista do trabalhismo:

*Vê-se, pois, que não existe nenhuma afinidade ideológica e doutrinária entre o trabalhismo e o comunismo. Nossos métodos e as nossas soluções não se baseiam na luta de classes, mas na solidariedade entre as classes.*³

Deste modo, a percepção de justiça social de Pasqualini passa pela reforma dos valores que regem o sistema capitalista, mediada pela intervenção estatal, mas com a preservação do compromisso fundamental com os elementos liberais do regime político, afastando-se, portanto, de opções autoritárias.

Trabalhismo e Justiça Social: O Capitalismo Solidário de Pasqualini

Em sua perspectiva, Pasqualini defendia como alternativa à ordem vigente um modelo econômico centrado na noção de um capitalismo solidário, o qual deveria conciliar aspectos considerados positivos do socialismo e do capitalismo. Com relação a este tema, o teórico trabalhista estabelece:

2 PASQUALINI, Alberto. *Capitalismo solidário e justiça social no trabalhismo*, 1948, p. 39.

3 Idem, p. 41.

“Nossa posição é clara e definida. Se, por socialismo, se entender a socialização dos meios de produção, não somos socialistas; se se entender, simplesmente, uma crescente extensão da solidariedade social e uma crescente participação de todos nos benefícios da civilização e da cultura, então somos socialistas. Da mesma forma, se por capitalismo se entender individualismo, egoísmo e tradicionalismo, não somos capitalistas; se, porém, se entender uma função social que se exerce para o crescente progresso econômico e social da coletividade, então somos capitalistas”.⁴

O modelo de capitalismo solidário representava um projeto de cunho reformista, que preconizava a manutenção do princípio de liberdade da iniciativa privada em associação ao controle do Estado na economia. Não existiria uma contradição essencial entre as classes sociais, as quais, justamente, deveriam ser harmonizadas. Nesta direção, um dos meios concretos para superação das desigualdades e consecução da justiça social seria a introdução de uma lógica “distributiva” que beneficiasse os despossuídos, tendo por consequência uma ordem “contributiva”.

Não pretendemos criar contribuições fiscais, mas contribuições sociais, isto é, solicitar um pouco de muitos para auxiliar a solução de problemas que interessam a todos. Serão elas dosadas de tal forma que se sintam mais os benefícios do que os encargos.⁵

Na interpretação de Pasqualini, com medidas distributivas deste tipo seria possível financiar a pequena agricultura, realizar obras de urgência e prover serviços de assistência social.

Dentre as medidas discutidas por este político trabalhista, destaca-se seu planejamento e posterior proposta junto ao Senado para a criação de um instituto nacional de crédito com caráter social, cujo objetivo seria financiar moradias e

4 PASQUALINI, Alberto. Capitalismo solidário e justiça social no trabalhismo, 1948, p. 42.

5 Idem, ibidem.

atividades econômicas de trabalhadores de baixa renda, com uma política de empréstimos a juros baixos.

Assim, a tarefa do trabalhismo seria combater os elementos parasitários do capitalismo individualista, os quais deveriam ser fortemente regulados, através de uma intervenção estatal inspirada em características de um modelo econômico de cunho socialista — em um sentido lato. Na justificativa dos princípios políticos trabalhistas, o autor abordaria esta questão nos seguintes termos:

*É necessário um certo desenvolvimento industrial, que não existe no Brasil, e que esse desenvolvimento tivesse atingido aqueles limites em que já não seria conveniente que se mantivesse sob o regime da iniciativa privada. Pretender, por outro lado, criar um desenvolvimento econômico, sob a forma socialista, seria, no Brasil, um contrassenso. Nem existem meios técnicos, nem meios financeiros, nem educação para tal empresa. Isso não significa que o Estado, em certos casos, não deva tomar a iniciativa dos empreendimentos econômicos, sobretudo quando estes transcendem os limites das possibilidades ou das conveniências do empreendimento privado.*⁶

Ao elaborar suas concepções elementares acerca das qualidades dos modelos capitalista e socialista, Pasqualini menciona ainda a existência da alternativa comunista. Contudo, em sua análise não realizou uma rigorosa distinção teórica entre socialismo e comunismo. Com relação a este último sistema, o autor apenas assinalava o modo revolucionário e violento que envolveria sua adoção, ao passo que seu entendimento de socialismo abrangia a noção de uma transição democrática, pacífica e gradual. Além disto, uma diferenciação entre os conteúdos destes modelos econômicos mostra-se problemática pelo fato de as principais preocupações de Pasqualini enfocarem questões relacionadas à regulação do

6 Idem, p. 15

sistema capitalista, como a melhor distribuição do lucro e da renda para a realização da justiça social.

A proposta trabalhista de um capitalismo solidário determinava que o lucro e a propriedade privada deveriam ser limitados em função das exigências do bem público. Deste modo, para a consecução deste modelo de capitalismo, Pasqualini advogava uma vigorosa intervenção do Estado na regulação do mercado e no controle de empreendimentos econômicos estratégicos. Outra função estatal essencial seria a organização de um fundo social de crédito, com o objetivo de expandir as possibilidades econômicas para os trabalhadores e os setores populares mais carentes. Contudo, estas diretrizes trabalhistas representavam intenções políticas cuja aplicação dependeria da existência de determinadas condições políticas e econômicas.

Por outro lado, a socialização deverá ser progressiva, isto é, realizar-se à medida que o Poder Público esteja aparelhado para executá-la com êxito e em melhores condições do que o empreendimento privado. A socialização (estatização) das riquezas do subsolo e das fontes naturais de energia representa, pois, uma tendência do trabalhismo ou, digamos, um problema que se coloca em tese, em princípio. Mas, se a diretriz deverá ser essa, tal fato não significa que se deva operar, de imediato, a socialização. Será uma questão de conveniência e de oportunidade que caberá aos governos examinar. ⁷

Estas proposições de Pasqualini para o desenvolvimento de um capitalismo solidário e de uma socialização de setores estratégicos da economia, apresentam uma marcada argumentação religiosa. Em seus discursos e obras, Pasqualini, relaciona diretamente suas concepções políticas reformistas ao conteúdo social das encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931) e *Divini Redemptoris* (1937). Estes três pronunciamentos conteriam os princípios elementares

7 PASQUALINI, Alberto. Capitalismo solidário e justiça social no trabalhismo, 1950, p. 20.

defendidos pela Igreja Católica para a plena realização da justiça social, o que estaria em perfeita sintonia com a lógica solidarista de seu programa trabalhista.

*O solidarismo, praticamente, exprime o próprio pensamento das encíclicas. Requer ele uma ação mais vigorosa na realização da justiça social, em função das condições de cada momento. A justiça social se deve traduzir em soluções práticas, e não em especulações meramente teóricas, em meditações místicas, em reações puramente mentais, em programas partidários que se esquecem e se postergam depois dos episódios eleitorais.*⁸

Neste sentido, pode-se depreender da fundamentação religiosa das proposições de Pasqualini uma forte influência de sua trajetória biográfica, tendo em vista sua formação educacional seminarista e suas manifestas crenças cristãs.

Assim, para se compreender a produção política ideológica de Pasqualini, há que se tomar como ponto de partida essa matriz comum do comunitarismo orgânico que, com ele, tomou uma vertente cujas bases de sustentação podem ser encontradas na chamada “doutrina social da Igreja”⁹

Ao associar seu pensamento trabalhista aos princípios da doutrina católica, Pasqualini sustentava uma notada rejeição a qualquer tipo de proposta de mudança social que apresentasse um caráter materialista. Em sua argumentação, “as ideias sociais não são criação nem de Marx, nem de Lenine, nem de Stalin. Elas exprimem simplesmente a evolução dos nossos sentimentos de solidariedade [...]” (PASQUALINI, Alberto. **Capitalismo solidário e justiça social no trabalhismo**, 1948, p. 215). Desta maneira, o trabalhista reiterava sua percepção religiosa da realidade socioeconômica, reverberando a condenação à cobiça, à especulação e à usura, particularmente prejudiciais à vida dos trabalhadores despossuídos.

8 Idem, p. 214.

9 GRIJÓ, Luiz Alberto. Parecer de artigo para publicação na revista Anos 90. 2007, p. 93

Ressalta-se que estas recorrentes menções de ordem religiosa constituem um importante recurso para a legitimação das posições políticas de Pasqualini. Além de potencializar uma adesão do eleitorado majoritariamente católico, este discurso trabalhista de fundo religioso procurava impor uma clara delimitação de suas propostas. Desta maneira, suas sugestões de medidas polêmicas, como políticas distributivas, estatizações e reforma agrária, passariam a ser avaliadas pelo conteúdo da doutrina social eclesial. Inclusive, esta referência a elementos católicos passaria a ser algo cada vez mais comum no discurso político trabalhista, tendo em vista o incremento da radicalização política no país.

No que tange aos mecanismos financeiros para o desenvolvimento da economia e a promoção da justiça social, o pensamento político elaborado por Pasqualini não apresentava um nacionalismo rígido. No princípio dos anos 1950, o PTB ainda não havia encampado a bandeira do nacionalismo radical e Pasqualini denotava isto ao assumir uma posição favorável à utilização do capital estrangeiro na economia brasileira:

Quando o capital é explorador, tanto faz, para o trabalhador, que seja estrangeiro ou nacional. O capital, em todas as partes, tem as mesmas características. Uma vez que se admite a liberdade de iniciativa, não há razão para hostilizar o capital alienígena, desde que o seu objetivo não seja apenas o lucro, mas o desenvolvimento econômico do país. Cumpre não esquecer que o Brasil é um país de capital escasso e que, talvez, não poderá, com os seus próprios recursos, acelerar o ritmo do seu progresso e o desenvolvimento técnico que ele pressupõe.¹⁰

10 PASQUALINI, Alberto. Capitalismo solidário e justiça social no trabalhismo, 1950, p. 21.

Mais adiante, o autor complementaria:

*O essencial é o desenvolvimento econômico do país, com os nossos recursos ou também com recursos de fora, se contribuírem para esse fim. É certo que os juros e dividendos que tivermos de pagar por esse capital constituirão um ônus. Mas, se as vantagens forem maiores que os ônus, não há razão para nos opormos a ele. Será essa uma contingência oriunda de nossas próprias deficiências e de nosso atraso.*¹¹

Além destes aspectos, pode-se perceber que as concepções de Pasqualini se mostram influenciadas por sua origem social de uma família de imigrantes e ainda inspiradas por um contexto socioeconômico brasileiro de predomínio do setor agrário. Suas proposições enfatizam as questões relativas à propriedade da terra, à criação de mecanismos governamentais de promoção de crédito aos camponeses e à elevação do padrão de vida destes trabalhadores. Desta forma, o pensamento de Pasqualini concebia a elevação dos padrões da economia agrária nacional como um pressuposto ao próprio processo de desenvolvimento econômico industrial.

*Com relação aos problemas da vida rural, conviria ainda observar que a população rural do país é cerca de dois terços da população total. A recuperação dessa população e o fortalecimento da economia rural representa, portanto, um problema vital para a própria indústria. Se as populações rurais não têm capacidade de consumo, será inútil pensar em desenvolvimento industrial, pois será pouco provável que os mercados estrangeiros comprem nossas manufaturas e lhes possamos fazer concorrência.*¹²

¹¹ Idem, *ibidem*.

¹² PASQUALINI, Alberto *Capitalismo solidário e justiça social no trabalhismo* 1950, pp. 37-38.

Com base nestas concepções trabalhistas do pensamento de Pasqualini, percebe-se sua ênfase na intervenção do Estado para uma eficaz regulação do modelo econômico capitalista. Este controle estatal seria fundamental para a realização dos objetivos de desenvolvimento econômico harmônico e de justiça social.

12.

pixels | bruno feix



*Dentro do Evangelho há ainda muito
para aprender, e nunca os seus
preceitos tiveram tanta atualidade.*

— Alberto Pasqualini

*Ora, ao que trabalha, o salário não é
considerado como favor, e sim como dívida.*

— Romanos 4:4

O Trabalhismo Cristão

As grandes conquistas históricas do povo brasileiro perpassaram pelos governos que defenderam e aplicaram o trabalhismo. É a defesa da prevalência do trabalho sobre o capital. O respeito à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) se deu a partir da valorização das lutas do povo brasileiro e da iniciativa de Getúlio Vargas em colocar o trabalho como Política de Estado, legitimando o povo como o principal ator político e social.

O Trabalhismo trouxe dignidade ao trabalhador brasileiro por meio de uma legislação trabalhista forte e de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, ao longo da história do Brasil republicano.

O trabalhismo foi o condutor para as mudanças imprescindíveis à política socioeconômica, trazendo justiça social, ampliação da cidadania e a transição, através da mobilização popular, para uma sociedade democrática, solidária e humana.

Origens do Trabalhismo no Brasil — PTB / PDT

O Partido Trabalhista Brasileiro - PTB de Getúlio Vargas e o Partido Democrático Trabalhista — PDT, possuem raízes históricas com o nacionalismo e com as lutas travadas por Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Alberto Pasqualini, Darcy Ribeiro, Abdias do Nascimento, Doutel de Andrade, dentre outros guerreiros que, desembocaram em conquistas sociais e econômicas em favor do povo brasileiro.

No âmbito nacional, o PDT é reconhecido por essas bandeiras, sobretudo identificado pela liderança de Leonel Brizola, que ocupou com maestria o cenário político nacional por mais de meio século com a sua arrebatadora liderança carismática.

Na esfera econômica, portanto, o PDT acredita na prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a sua convivência harmônica, bem como, a superação das diferenças de classe, sem violência, por meio da melhor distribuição da riqueza e da promoção da justiça social.

O PDT também defende a intervenção do Estado na economia, de modo a corrigir os excessos do sistema capitalista e tornar o capitalismo mais humano e equilibrado, por meio da ênfase nas políticas públicas, principalmente na área da educação e da assistência social, com objetivo de melhorar a condição de vida dos trabalhadores, buscando uma conciliação de classes dentro de um ambiente cada vez mais participativo e democrático.

O Trabalhismo Cristão, o PDT e Alberto Pasqualini

O PDT adotou o Trabalhismo idealizado por Pasqualini, como filosofia política que possui como princípio básico a coexistência de solidariedade com as liberdades individuais, baseado no solidarismo cristão (democracia-cristã), expressão equivalente ao capitalismo solidarista.

Alberto Pasqualini, tinha um profundo compromisso cristão e retirou do cristianismo muitos princípios do trabalhismo, sendo uma grande referência à doutrina social da igreja, além de ter promovido grandes reflexões aos cristãos, mostrando que a verdadeira fé é fraterna e solidária.

Segundo Alberto Pasqualini, “A vida só tem expressão, só tem sentido, só tem beleza, quando guiada por um ideal de bondade, justiça e humanidade que nos faça compreender as contingências e as misérias terrenas, nos dê força e coragem para superá-las e que nos aproxime sempre da perfeição,

que só existe fora dos limites humanos, isto é, na vastidão e na glória de Deus.” O Trabalhismo Cristão, movimenta-se pela solidariedade, empatia e amor ao próximo e defende o Evangelho anunciado por Jesus Cristo.

Fundamentos Cristãos Trabalhistas

Os cristãos Trabalhistas acreditam e afirmam sua crença em um único Deus, Criador e Senhor do mundo, que fez os homens à Sua imagem e semelhança. Por ser a humanidade a imagem e semelhança desse Criador, entendem que o valor da vida humana, sua dignidade e que todo seu esforço nesta terra deve ser voltado para a solidariedade, compaixão e fraternidade para com todos os seres humanos, independente de raça, gênero, idade, crença ou opção política.

Apesar de acreditarem firmemente nesse Deus Único e Criador, entendem que a sua fé é resultante de uma escolha individual, pessoal, livre e consciente e que jamais essa fé deve ser imposta a qualquer outro ser humano, sendo este livre para crer ou não crer naquilo que quiser.

Por isso, defendem com todas as forças um estado laico, onde todas as religiões, crenças e ausência de crenças sejam protegidas, respeitadas bem como seus lugares de culto sejam resguardados contra toda a forma de violência, ataques, discriminação e vilipêndio.

Nesse sentido, defendem que a fé faz parte da cultura e tradição do povo brasileiro e, seu exercício público deve ser, por estes motivos, protegido pelo Estado como patrimônio imaterial do povo brasileiro.

O valor humanitário básico, extraído das Sagradas Escrituras, a Bíblia, é o que norteia sua luta para que todo ser humano tenha direito e acesso a uma vida digna nesta terra, com acesso à água, saneamento, educação, saúde, trabalho digno com remuneração que lhe proporcione vida digna e confortável, transporte, segurança, moradia e terra para cultivar e poder sustentar sua família.

Ainda no mesmo sentido do valor humanitário básico extraído das Escrituras, solidarizam-se com a luta de todos os trabalhadores, da mesma forma com a luta dos negros contra o racismo, pelo mesmo sentimento cristão, com os povos indígenas, também alcançam com igual força e amor todos os que são discriminados por questões de gênero ou sexo, bem como, para com as mulheres em sua constante luta por emancipação, remuneração igualitária, defesa contra a violência doméstica e políticas de segurança que previnam o feminicídio. (Manifesto Cristãos Trabalhistas, Brasília, 11 de agosto de 2020)

Entendem que a exploração do trabalho, a desigualdade social promovida pelo sistema capitalista sem freios e contrapesos estatais, o individualismo, o consumismo como valor e medida de felicidade são posturas antagônicas aos valores cristãos extraídos das Sagradas Escrituras e acreditam, como cristãos que são, que o melhor caminho político é o da moderação e, por isso, rechaçam quaisquer movimentos de ruptura da ordem democrática vigente, independentemente de sua ideologia.

Por isso, defendem o trabalhismo, tal qual proposto e praticado por Alberto Pasqualini, Santiago Dantas, João Goulart, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, que tem sua presente continuidade histórica no Projeto Nacional de Desenvolvimento preconizado por Ciro Gomes, Mangabeira Unger e outros formuladores, pois representa um projeto reformista, sem rupturas, que defende distribuição de renda através de uma política tributária progressiva, medidas compensatórias, emancipação dos trabalhadores e a soberania da nação brasileira, ao mesmo tempo protegendo os valores da democracia, as liberdades individuais de crença e ideologia, a propriedade privada e a livre iniciativa, com o reconhecimento pleno dos direitos de todas as minorias, inseridas em um único e generoso projeto de Nação.

O Evangelho (“Boa Nova”) que professam, não é uma mensagem reacionária — antes, pelo contrário, é um convite permanente a trazer para o hoje a realidade do Reino de Deus, promovendo justiça, fraternidade e igualdade para todos os Filhos de Deus.

Pretendem caminhar construindo essa nova realidade com o legado dos profetas bíblicos, a serenidade sacrificial de Nosso Senhor, com o exemplo de mártires e testemunhas como Dom Pedro Casalgálida, Missionário Manoel de Melo, Doutor Martin Luther King, Dom Desmond Tutu e Dietrich Bonhoeffer e, jamais esquecem de proclamar nesta jornada, os irmãos Abdias do Nascimento, Darcy Ribeiro, Mário Juruna, palmilhando a jornada soberanista de Vargas e os caminhos democráticos do estadista — educado por um pastor metodista — Leonel de Moura Brizola.

O Movimento Cristãos Trabalhistas

Os Cristãos Trabalhistas são cristãos que confessam o Credo Niceno-Constantinopolitano, conjugam a fé com a defesa dos trabalhadores e da igualdade, promovendo os valores do cristianismo em relação aos pobres, aos marginalizados e às desigualdades sociais que estão em consonância com a ideologia política trabalhista e reúnem-se em um Movimento denominado de Cristãos Trabalhistas.

Fundado oficialmente em março de 2021, o Movimento Cristãos Trabalhistas é uma instância partidária que promove a unidade dos cristãos de todas as confissões cristãs, identificados com o PDT e o Trabalho, para a promoção de uma ponte de mão dupla entre as políticas públicas defendidas pelo trabalhismo histórico e as comunidades cristãs espalhadas pelo Brasil.

Este movimento visa a ajudar o PDT no diálogo com os cristãos, que representam uma grande parcela de nosso povo em todas as camadas sociais e em todos os cantos de nosso país.

O diálogo com os cristãos não visa ao debate teológico das diversas teologias no âmbito do cristianismo e sim da divulgação do trabalhismo e dos seus diversos pontos de associação com a doutrina cristã em geral.

Entende-se que a falta desse diálogo produziu — e ainda produz — rupturas que poderiam e podem ser evitadas com o esforço humilde de debater, ouvir, dialogar e propor de maneira fraterna com esse grande grupo religioso e cultural de nosso país.

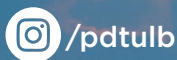
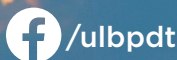
O Movimento Cristãos Trabalhistas é de inspiração democrática, popular e desenvolvimentista e defende, com fundamento no princípio da justiça social, o Estatuto do PDT e todos os demais documentos históricos da legenda trabalhista, a saber:

- I Carta Testamento de Getúlio Vargas;
- II Discurso da Central do Brasil de João Goulart;
- III Mensagem Presidencial de João Goulart ao Congresso Nacional;
- IV Carta de Lisboa;
- V Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- VI Manifesto do PDT;
- VII Carta de Mendes;
- VIII Programa do PDT;
- IX Carta de São Paulo;
- X Manifesto Trabalhista do Século XXI;
- XI Compêndio da Doutrina Social da Igreja;
- XII Pacto de Lausanne;
- XIII Convenção Americana de Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica.

*(Extraído de: Manifesto Cristãos
Trabalhistas, Brasília, 11 de agosto de 2020)*

ACESSE AGORA MESMO EM:
www.ulb.org.br

BAIXE NOSSO APLICATIVO:



FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA-ALBERTO PASQUALINI

SEDE NACIONAL: RIO DE JANEIRO

Rua do Teatro, 39 - 2º andar, Centro, CEP: 20.050-190,
Rio de Janeiro-RJ, Tel/Fax: (21) 3570-5901
secretaria@flb-ap.org.br — www.flb-ap.org.br

SEDE BRASÍLIA

SAFS (Setor de Autarquias Federais Sul), Quadra 2, Lote 3,
CEP: 70.042-900, Brasília-DF
Tel.: (61) 3224-9139 / 3322-8425 / 3225-6399

